

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO**

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO PENSAMENTO DE KAUTILYA E
MAQUIAVEL**

RICARDO SILVA PINTO

**RIO DE JANEIRO
2021 / 1º SEMESTRE**

RICARDO SILVA PINTO

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO PENSAMENTO DE KAUTILYA E
MAQUIAVEL**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professor Dr. Philippe Oliveira de Almeida.**

**RIO DE JANEIRO
2021 / 1º SEMESTRE**

RICARDO SILVA PINTO

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO PENSAMENTO DE KAUTILYA E
MAQUIAVEL**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professor Dr. Philippe Oliveira de Almeida.**

Data da Aprovação: ___ / ___ / ____.

Banca Examinadora:

Profa. Dr. Philippe Oliveira de Almeida – Orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro
2021 / 1º SEMESTRE

*Agradeço a minha mãe, Sâmia
À minha avó, Virgínia
Por todo amor, carinho e cuidado dedicados ao longo de toda a minha existência.*

RESUMO

O presente trabalho busca realizar uma análise comparativa do pensamento de Kautilya e Maquiavel de forma ampla, levando em consideração, também, os aspectos históricos que os perfazem. Maquiavel, via de regra é visto como o grande realista e pai fundador da ciência política, de acordo com o ocidente. Mas o ocidente, via de regra, tem negligenciado a obra do filósofo indiano que, provavelmente, contribuiu de forma antecedente, singular e profunda para o pensamento de Estado como nenhum outro em seu tempo, e, que, mesmo no renascimento ou na modernidade já havia formulado pensamento, ideias e teorias que, popularmente, seriam atribuídas a pensadores ocidentais, como Maquiavel. Essa pesquisa demonstrou certa singularidade de ideias entre os dois filósofos, mas, ao mesmo tempo, revelou que Maquiavel está longe de ser o pai fundador da *realpolitik* ou coisas que o valham, pois, quase 2000 anos antes, Kautilya já havia formulado diversas formas de organização e atuação do Estado de forma mais sofisticada e complexa.

Palavras-chaves: Teoria e filosofia de Estado; História das ideias; Filosofia e Ciência Política; Relações Internacionais.

ABSTRACT

The present work aims to carry out a comparative analysis of the thought of Kautilya and Machiavelli in broad way, also considering, the historical aspects that make them. Machiavelli, in general, is seen as the great realist and founding father of political science, according to the West. But, the West as a rule, has neglected the work of the Indian philosopher who, probably, contributed in an antecedent, singular and profound way to the thought of the State like no other in his time, and that, even in the renaissance or in modernity, he had already formulated thought, ideas and theories that, popularly, would be attributed to Western thinkers, like Machiavelli. The research demonstrated a certain singularity between the two philosophers, but at the same time, revealed that Machiavelli is far from being the founding father of *realpolitik* or anything like that, because almost 2000 years earlier, Kautilya had already formulated various form of organization and State action in a more sophisticated and complex way.

Keywords: Theory and Philosophy of State; History of ideas; Philosophy and Political Science; International Relations.

SUMÁRIO

A ESCOLHA DA PESQUISA E SUAS IMPLICAÇÕES METODOLOGICAS	9
INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA	11
CAPÍTULO I.....	22
FILOSOFIA DE ESTADO.....	22
CAPÍTULO 2	26
KAUTILYA E MAQUIAVEL.....	26
CAPÍTULO 3	31
ETICA E MORAL	31
CAPÍTULO 4	38
GUERRA.....	39
CAPÍTULO 5	44
POLÍTICA EXTERNA	44
CAPÍTULO 6	51
O ESTADO, A SOCIEDADE E A LEI	51
CAPÍTULO 7	61
ECONOMIA POLITCA.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

A ESCOLHA DA PESQUISA E SUAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

O objetivo geral é analisar o pensamento e o contexto histórico do período de ambos os pensadores, tentando sobrepor suas ideias as realidades encontradas de um ponto de vista crítico e que possibilite reflexões mais atreladas à uma perspectiva histórica. Busca-se um grande apanhado comparativo que abarque ao mesmo tempo ideias e realidades históricas.

De uma inclinação objetiva mais específica, pretende-se mostrar uma outra perspectiva que tenha, também, a política e o Estado no centro das reflexões, mas que tire a centralidade “criadora e inovativa” da Europa e de seus intelectuais como pais fundadores de inúmeras áreas do saber. Que nesse trabalho em tela, se limitará a investigar o quão inovador e revolucionário foi, ou não, as ideias do florentino frente ao seu par indiano.

A hipótese a ser pesquisada nessa obra é se as interpretações eurocêntricas, representadas, aqui, em Maquiavel, ainda encontram respaldo histórico e sistêmico para se autorreferir como o fundador da Ciência Política, do realismo político, das Relações Internacionais ou coisas do gênero. Ou que se muito do que foi especulado e teorizado pelo florentino já não tinha sido escrito e formulado em maior profundidade e extensão por Kautilya.

A ideia é usar a literatura que verse sobre o pensamento de Maquiavel e Kautilya aplicando-os a uma leitura histórica do período e em um segundo momento realizando as críticas cabíveis aos institutos, as instituições, a conjuntura geopolítica e de poder a época.

O caminho metodológico de apresentação da pesquisa a ser percorrido buscará relatar os pontos de convergência temática mais incisivos e comuns a ambos os pensadores, assim como, possíveis áreas do conhecimento que são tratadas com mais afinco por apenas um dos pares.

Assim sendo, iniciar-se-á essa trajetória através de uma introdução teórica e histórica dos intelectuais e seus respectivos tempos e espaços, e como os últimos afetaram ou não suas ideias.

Após, adentrar-se-á na seara do objeto último do campo de análise de ambos os autores, o Estado ou, de maneira mais abrangente, o ente político central. Nesse momento uma reflexão

filosófica sobre esse objeto será buscada, com o intuito de analisar suas referências intelectuais de criação, manutenção, desenvolvimento e, possível fim.

Em seguida, entra-se na análise preliminar e generalista dos seus pensamentos. Posteriormente, concentra-se em temas fartamente discutidos como: ética e moral, guerra, política externa, Estado, sociedade e leis, e por fim, um assunto que foi desenvolvido de forma mais complexa por Kautilya, a economia política. Chegando, assim, a conclusão do trabalho.

Vale a pena lembrar que pouco ou quase nada se sabe ou se escreveu em língua portuguesa a respeito das obras de Kautilya, e, menos ainda, o comparando com Maquiavel. Destarte, a presente pesquisa é ao mesmo tempo inovadora e útil, principalmente para os leitores de língua portuguesa, pelo seu quase que inexistente histórico de pesquisas anteriores, mas também desafiadora no que concerne ao encontro de trabalhos públicos disponíveis e gratuitos que permitam o acesso.

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA

O presente trabalho tem intuito de realizar uma análise comparativa entre dois pensadores e homens de Estado que marcaram a história das ideias e com elas, influenciaram ações, decisões e estratégias de seus “príncipes” em seus respectivos tempos históricos e além.

A perspectiva comparativa visa mostrar se conceitos e ideias que, antes atribuídas ao “pai” do realismo moderno, Maquiavel, já vinham sendo desenvolvidas e colocadas em prática cerca de 1700 anos antes, pelo estrategista indiano.

Kautilya pode ser considerado um dos primeiros trabalhos de maior complexidade versando sobre as relações internacionais ou das relações intersocietárias?

A amplitude, complexidade e variedade de temáticas de Estado abordados por Kautilya, parecem superar, e muito, as análises Maquiavelianas. Trazer essa perspectiva não Europeia, moderna e ocidental (ao menos em princípio), pode trazer à tona a importância da história de longa duração, da desmistificação de criações epistêmicas de origem Europeias e ocidentais e com isso, tentar dar um passo à frente no entendimento do Estado e das relações intersocietárias, tanto em âmbito interno como externo, o que, afinal, são inseparáveis, pela própria dinâmica sistêmica história de suas interações.

Verdade, também, que como conselheiros de príncipes, muitas de suas ideias são similares, a crença na virtude e na agência como fatores impulsionadores para o sucesso político do Estado. Quase como que uma ideia liberal (se é que se possa dizer isso), de que “querer é poder”, ou como que um grande líder virtuoso fosse cânone necessário para salvar um povo. Bem, no curto prazo, digamos que metaforicamente “da mão para boca”, isso possa fazer até certo sentido, mas no longo prazo, as decantações históricas são tantas e tão complexas que, raramente, um grande estadista consegue dar um “cavalo de pau em um transatlântico”.

A fama, ou melhor a má fama de ambos é bem parecida: imoral, antiético, perverso, são apenas alguns adjetivos usados para mensurar ambos os autores.

Uma diferenciação importante entre os pensadores é que Kautilya fundamenta muito de sua teoria de Estado e da própria sociedade em ideais religiosos/espirituais, *dharma* (moral), *artha* (riqueza), *kama* (prazeres mundanos) e *moksha* (salvação), enquanto Maquiavel tem a visão da religião como mais um instrumento de poder a ser usado pelo príncipe no jogo de

poder, não há um norte moral, existencial e comportamental a ser seguido e buscado como em Kautilya.

Dharma é uma concepção cosmológica que vai muito além da mera tradução literal de moral, e ideia absoluta e imutável de justiça e que cada ser humano tem um dever para consigo próprio, para com os seus ancestrais, para a sociedade e para a ordem do universo. Parece em certa medida uma lei natural estendida, diga-se de passagem.¹ E tem uma ressonância com Aristóteles em certa medida. Não é por acaso que os dois são do mesmo período histórico, apesar da distância geográfica.

Qual a importância do pensamento de Kautilya e Maquiavel para o entendimento do Estado na sua constituição e concomitante interação com o mundo? A tentativa desse estudo será sobrepor o seu pensamento, produção intelectual e prática diplomática à análise histórica e geopolítica da realidade enfrentada por ambos.

É necessário ter um balanço histórico entre a continuidade e a mudança, de modo a se evitar uma espécie de “presentismo” ao buscar o significado dos textos clássicos, evitando que, assim, possa-se buscar o significado teórico e prático do respectivo tempo histórico das obras e sua conexão, ou não, com o presente, e não o contrário.

O tempo dos homens é diferente do tempo dos Estados, impérios e civilizações. Os dois filósofos tiveram vantagens importantes, pois além de pensadores e teóricos, eram, também, operadores políticos que viveram o alto poder no seu dia a dia. Realizavam excelentes leituras de conjuntura tanto interna, quanto externamente, uma interpretação aliada a quem viveu o que escreveu, e não de um acadêmico em sua torre de marfim, mas sem que, com isso, concomitantemente, tivesse uma forte dose de idealização de desejo em suas ideias.

Mas lhes faltava o entendimento de um estudo empírico de fato (coisa que, diga-se de passagem, era comum aos escritos políticos de suas épocas), e não de uma construção ideológica idealista (por incrível que pareça), de um pseudo-empirismo que mais parecia uma lógica racional dedutiva, daquilo que foi o Império Romano ou das tradições Védicas e Bhamicas.

Certamente, a virtude da agênciã tem sua importância no curto e, às vezes, até no médio prazo, mais um grande rei ou governante, para de fato deixar um legado mais extenso depende de estruturas de longa duração e geográficas que não pode controlar, estratégias de conjuntura

¹ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 13.

são, digamos que amarradas por uma camisa de força. Nas relações de poder humanas, por mais paradoxal que pareça, o homem é apenas mais um fator de análise (não sendo sequer o mais importante) na política e no mundo, mas no período histórico de ambos os pensadores, o pensamento teórico dominante era que a agência, ou seja, um rei virtuoso seria peça estruturante e fundamental para os objetivos do ente político².

Burckhardt achava que adaptar meios aos fins era uma genialidade italiana, não encontrada fora dela e que as cidades-Estado italianas eram independentes³. Um típico historiador eurocêntrico que não conseguiu entender os fluxos cumulativos e acumulativos que a história detém.

As diferenças de dimensão geográficas e demográfica entre Florença – cerca de 200 mil habitantes- e Pataliputra (capital do império Mauria) – 5 milhões de habitantes⁴- pode nos dar pistas sobre certo viés de centralização, divisão do poder e grau de mecanismos de controle estatal sobre a população.

A dificuldade de demarcar aonde fica o oriente e aonde fica ocidente exemplificado em vários momentos da história, como por exemplo, o rio Hindu foi assim nomeado primeiramente pelas ondas de emigração Persas que adentraram a parte ocidental do subcontinente indiano, e posteriormente os Macedônios liderados por Alexandre usaram a palavra grega *Indos* para se referir ao rio e a Índia para se referir as terras que cercavam o rio⁵. Ou seja, Índia é uma expressão grega.

Seria o próprio conceito de civilização uma construção cultural buscando dar sentido a essa dinâmica social?

O “normal” ao analisar a história de longa duração do subcontinente indiano é a fragmentação política, o período dos impérios Mauria, ou seja, no período histórico de Kautilya (321 a 185 A.C) e Gupta (320 a 467 D.C) foram exceções⁶.

² BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1978. [1977], p. 50.

³ BURCKHARDT, Jacob. A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio. Tradução de Vera Lúcia de Oliveira Sarmiento e Fernando de Azevedo Correa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 6.

⁴ BOESCHE, Roger. Moderate Machiavelli? Contrasting The Prince with the Arthashastra of Kautilya. A Journal of Philosophy and Social Theory. Volume 3, issue 2, p. 253-276, 2015, p. 257.

⁵ AVARI, Burjor. INDIA: THE ANCIENT PAST, A History of the Indian-Subcontinent from 7000 BC to AD 1200. 1ª.ed. New York: Routledge, 2007, p.1.

⁶ AVARI, Burjor. INDIA: THE ANCIENT PAST, A History of the Indian-Subcontinent from 7000 BC to AD 1200. 1ª.ed. New York: Routledge, 2007, p.5.

De maneira similar ao período histórico de Maquiavel, o subcontinente indiano, e mais especificamente, o Sudoeste, passava por um momento de grande instabilidade política, sendo refletido por guerras intestinas devido a não predominância de nenhum ente político que gerasse estabilidade na região. Ambiente posto a um maior estresse quando Alexandre o grande ameaçou todo o norte do subcontinente.

Pode se especular que em termo de realizações objetivas como conselheiro de reis, Kautilya foi mais bem-sucedido que Maquiavel, pois, após a invasão a porção ocidental do subcontinente indiano, infere-se que o medo de uma nova invasão estrangeira e a impossibilidade de cada ente político menor contrapor esse poder sozinho, facilitou a tutela ou a submissão de entidades políticas menores para um reino mais poderoso. Mesmo após inúmeras invasões de potências estrangeiras, pareceu que as elites cidadinas dos pequenos Estados italianos, continuaram seu frenético balanço de poder na península. Ou seja, não há um padrão esperado de comportamento para essas ocasiões, por que nem sempre é melhor ou benéfico para um Estado menor buscar uma união ou parceria com os pares regionais, pois, às vezes, talvez uma parceria com um terceiro Estado distante seja mais benéfico para suas elites, por exemplo.

A singularidade de Arthashastra pode ser um reflexo de um momento histórico em que Índia passava por uma forte efervescência cultural, intelectual e religiosa.

Kautilya não apenas ajudou Chandragupta a derrotar o reino Nanda, como estabeleceu a partir daí o império Mauria, que após a morte de Alexandre, trabalhou para expulsar os pretensos herdeiros militares de Alexandre na região e dominar grande parte do subcontinente, chegando a porções territoriais do Afeganistão e partes da Ásia Central. Kautilya compilou Arthashastra já no final de sua carreira como conselheiro do Império Mauria.

O reino ao qual Kautilya serviu, Chandragupta Mauria, foi o primeiro império a conseguir unificar todo o subcontinente indiano sobre o seu controle. Com uma vasta população, é importante ressaltar que na maior parte do tempo histórico, esse subcontinente foi formado por reinos e republicas menores. Esse último dado é interessante, pois percebe-se com eles as experiências republicanas também prosperaram naquela região geográfica por certos períodos⁷.

⁷KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 44.

A posição geográfica da Índia em geral, e mais especificamente do litoral e dos portos propiciou que Índia fosse um grande hub comercial das rotas do mundo antigo, possibilitando assim a interação de ideias, religiões, línguas, produtos, animais⁸.

A história especial de Arthashastra abarcava basicamente todo subcontinente indiano, tocando em porções significativas do que hoje são o Himalaias, Afeganistão e Paquistão⁹.

A língua dominante do norte da Índia, onde se encontrava a capital do império Mauria, era Indo-ariano, que é uma ramificação de uma família maior chamada Indo-europeia¹⁰. O sânscrito foi a mais longeva e importante língua desse grande grupo e mãe de quase todas as línguas indianas.

As migrações de povos arianos que adentraram o norte da Índia quase 1000 anos antes de Kautilya fundaram o Rig-Veda (o mais antigo dos Vedas) que fundou a cultura Védica na Índia¹¹. Para se ter uma dimensão demográfica o subcontinente indiano tinha nesse período algo em torno de 20 milhões de habitantes. Nesse período védico não existia uma estrutura de Estado centralizada ou reis, com sistema de tributação, por exemplo; o comando político era, via de regra, estabelecida por chefes guerreiros

Foi essa sociedade, a indo-ariana que criou, ou aperfeiçoou, se é que se possa dizer dessa forma, o sistema de castas, durante a hegemonia védica, os sacerdotes (*brahmares*) e os governantes (*kshatryias*) eram as classes dominantes. Aqueles que realmente produziam para sociedade foram divididos em outros dois grupos inferiores, *vaishya*, que eram agricultores e comerciantes e os *shudra*, que eram os escravos, trabalhadores e artesãos. Essa estratificação social foi também fundamentada por uma inculcação de base religiosa sobre a cor de cada casta¹². Assim os textos Védicos, base do Hinduísmo e que teve influência impar para Kautilya, tentaram racionalizar toda essa estratificação, a naturalizando.

Cerca de 300 anos antes de Kautilya expor suas ideias, a história indiana era pululada por sistemas políticos diversos e bem fragmentados, variando entre monarquias e republicas. É bom que se tenha em conta que no dito “oriente bárbaro”, 600 A.C já existia muitas republicas

⁸ AVARI, Burjor. INDIA: THE ANCIENT PAST, A History of the Indian-Subcontinent from 7000 BC to AD 1200. 1ª.ed. New York: Routledge, 2007, p.10.

⁹ BISHT, Medha. Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 21.

¹⁰ AVARI, Burjor. INDIA: THE ANCIENT PAST, A History of the Indian-Subcontinent from 7000 BC to AD 1200. 1ª.ed. New York: Routledge, 2007, p. 60 e 61.

¹¹ AVARI, Burjor. INDIA: THE ANCIENT PAST, A History of the Indian-Subcontinent from 7000 BC to AD 1200. 1ª.ed. New York: Routledge, 2007, p. 72.

¹² AVARI, Burjor. INDIA: THE ANCIENT PAST, A History of the Indian-Subcontinent from 7000 BC to AD 1200. 1ª.ed. New York: Routledge, 2007, p. 74.

no subcontinente indiano. E que, essa interação e riquezas de pluralidades acabou sendo terreno fecundo para o nascimento do Hinduísmo (vedas) e posteriormente do Budismo, que nasceu da sua contraposição das ideias e ideais Brahmares. Os professores que advogavam pela ideia do Arthashastra queriam que novas forças e ideias fossem estabelecidas através das instituições burocráticas do Estado, assim como a garantia de que o ente pudesse manter a justiça e a ordem¹³. A questão é que, ao que parece, o Estado em Arthashastra, assim para o Bramares e Hindus tinha um componente intrínseco de moralidade, justamente o que era necessário para a manutenção da lei e da ordem.

Após a morte de Alexandre (323 A.C), o Grande, o comandante, Seleukos Nicator (305 A.C), da parte oriental do que restou do seu império tentou reivindicar a herança das terras indianas, mas foi repelido não apenas da Índia, mas do Baluchistão e das terras a leste de Cabul pelas forças militares do império Mauria, do rei Chandragupta¹⁴.

Interessante notar que as civilizações podem ir além de suas explicações peculiaridades da geografia espacial e atributos físicos; é provável que cada civilização, assim caracterizada tenha o seu componente de ideias e cultura, e que apesar das interações históricas com outros pares, acaba ganhando certa singularidade.

Segundo Frank, foram os ricos mercados indianos e chineses que permitiram o salto europeu para uma forma moderna de capitalismo¹⁵.

A partir do momento do seu redescobrimto e tradução para o inglês, Arthashastra foi usado como instrumento para provar que o império Mauria criou uma civilização mais racional e avançada que suas contrapartes no ocidente¹⁶.

A população europeia no século XV era algo em torno de 80 milhões de pessoas. A administração política de um dado território requeria, ao menos, três elementos: defesa, judiciário e parte tributária/fiscal.

¹³ BISHT, Medha. Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 23 e 24.

¹⁴ AVARI, Burjor. INDIA: THE ANCIENT PAST, A History of the Indian-Subcontinent from 7000 BC to AD 1200. 1ª.ed. New York: Routledge, 2007, p. 106.

¹⁵ FRANK, A.G.; GILLS, B.K. The World System: Five Hundred Years or Five Thousand? London: Routledge, 1993, p. 150.

¹⁶ MISRA, Maria. The Indian Machiavelli: Pragmatism versus morality, and the reception of the Arthashastra in India, 1905–2014, *Modern Asian Studies* 50, 1, pp. 310–344, 2016, p. 320.

Apenas um décimo da população europeia vivia nas cidades até antes da Peste Negra (1347 a 1350), e isso suscitará um impacto na análise de quem terá a mão maior do sistema europeu dos nascentes Estados modernos nos séculos seguintes.

Apesar de uma visão mecânica e, em muitos pontos, até cartesiana de interpretação da evolução histórica dos Estados, Tilly parece tatear de forma convincente que a especificidade da formação estatal europeia/moderna estava na combinação de concentração de capital e na concentração de coerção. E, os “ganhadores” nessa disputa deveriam se equilibrar, primeiramente, nessas duas variáveis. Em resumo, é uma combinação de grandes populações rurais, de uma burguesia nascente e de uma economia razoavelmente mercantilizada¹⁷.

Para o mesmo autor o Estado “nacional” seria um meio termo entre um império e uma cidade-Estado, por justamente, conseguir congregar coerção local tanto pela força e pelo tributo, modificando assim as estruturas sociais locais, como a submissão das cidades e seus capitalistas, dando-lhes proteção, ordem e paz, atributos necessários para o desenvolvimento do mercado comercial, em troca do financiamento através da sua concentração de capital para projetos expansivos e defensivos¹⁸. Seria uma espécie de retroalimentação entre elites, onde cada uma dá uma coisa, mas recebe algo em troca por isso. A velha relação de dom e contra dom.

No ambiente extremamente belicoso da Europa da baixa idade média e início da era moderna tinha no elemento da guerra e na preparação a ela o centro da análise do poder de seus governantes e elites, buscando capturar pela força, pressão ou compensação os recursos essenciais disponíveis em outros Estados – homens, armas e capital-¹⁹.

Só existe um árbitro “supremo” no sistema internacional, é a guerra, pois entre os “senhores” apenas existe a garantia das armas para sua defesa e da riqueza produzida por sua população para sustentar essa pretensão de autonomia²⁰. Similarmente, assim também reflete Hobbes quando não distingue a guerra da vontade de trava-la²¹.

¹⁷ TILLY, Charles. *Coercion, capital, and European States, AD 990-1990* (Studies in Social Discontinuity. Cambridge, Basil Blackwell, 1990, p. 14 e 58.

¹⁸ TILLY, Charles. *Coercion, capital, and European States, AD 990-1990* (Studies in Social Discontinuity. Cambridge, Basil Blackwell, 1990, p. 23.

¹⁹ TILLY. *Coercion, capital, and European States, AD 990-1990...*, cit., p. 27.

²⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *Escritos políticos*. Tradução de Lívio Xavier. EDIPRO, 1995, p.89.

²¹ HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria: forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril, 1979 [1651] [Coleção os Pensadores], p. 75.

No mundo dos Estados nacionais, apostar a espinha dorsal de sua autonomia, a defesa, a terceiros, é pôr em grave perigo a própria existência desse Estado²².

Tilly lança uma hipótese controversa sobre a criação dos Estados modernos: segundo ele, diferentemente dos impérios em tempos anteriores que buscam renda, tributação e presentes de um vasto território de domínio, mas que não interferiam direta e explicitamente perante a elite local, o agora Estado moderno necessitava de uma administração do território mais incisiva, por que desde então esses territórios precisavam ter recursos sensíveis para manutenção dos exércitos. A questão é, apenas naquele momento que aquilo foi “percebido”? Anteriormente os impérios não precisavam dominar territórios com recursos sensíveis para atender sua máquina política centralizada e com poder de coerção efetivo? Essa não parece ser uma hipótese bem articulada, não como uma inovação do Estado moderno.

Para Weber o Estado moderno (europeu) e o Capitalismo correm em um paralelo histórico a partir do momento que o primeiro busca concentrar domínio territorial, militar e legal, e o segundo concentrar os produtores ou os meios de produção²³. Ou seja, para que o cânone institucional do novo ente funcione, ele tem que desapropriar muitos e concentrar na mão de poucos.

O padrão majoritário de unificação do Estado moderno é pela guerra, força e coerção, o que por um lado permite o desenvolvimento de uma rede de infraestrutura de comércio, transporte e comunicação permitindo assim que o “mercado” se consolide, mas por outro, padroniza para fins subordinação e assimilação uma multiplicidade de pequenos grupos populacionais com padrões culturais, religiosos e linguísticos distintos²⁴. Afinal, é mais fácil unificar e governar diretamente o que é pretensamente igual, do que um ente político multicultural e diverso. O quanto essa tentativa de hegemonização cumprirá seus objetivos, dependerá do grau de resistência dos grupos opositores e do seu poder de barganha para impedir ou mitigar essa relação com o governo. A pertença cidadania moderna nasce dessa luta.

As relações de poder, riqueza e força do “sistema-mundo europeu” que Maquiavel traduziu permanece nas suas bases bem análogas às atuais (interestatal capitalista). A análise do Maquiavel estrategista é perfeitamente factível na conjuntura ou no curto prazo, pois o que

²² MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 97.

²³ WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2004, p. 41.

²⁴ TILLY. *Coercion, capital, and European Slates, AD 990-1990...*, cit., p. 100.

move o sistema interestatal é a luta pelo poder nas suas mais variáveis formas, sendo a mesma, para ele, um jogo de soma zero.

Essa parece ser, também, uma regra de ouro dos Estados nacionais bem-sucedidos (em termos de desenvolvimento) no sistema internacional para Fiori²⁵, a necessidade de um desafio ou do inimigo externo.

Eis o problema intrincado da soberania e da soberania popular, pois se você não tem a coesão social e o espírito de pertencimento político e cultural (que é ativado e criado pelas elites de várias formas) é praticamente impossível construir um Estado soberano, vide que, o Estado nem mesmo consegue depender de si próprio para sua defesa. Atrelado ao fato que as elites tanto aristocráticas quanto a burguesas preferiam pagar mercenários a armar suas massas de camponeses e depois perder o controle²⁶.

Anderson recorre a uma interpretação muito usual entre historiadores europeus ao aludir ao mercantilismo como uma inovação de economia política da modernidade²⁷. É mais um olhar enviesado e eurocêntrico do mundo, pois mercantilismo ou outra nomenclatura que se deseje empregar foi uma espécie de mecanismo de regulação de mercado, controle tributário e da balança de pagamentos muito anterior e comum à modernidade, por exemplo, Constantinopla após a queda de Roma, apesar do elevado fluxo comercial de seu império, praticou essa economia política de forma acentuada.

Segundo Anderson, o primeiro Estado (europeu) a cobrar impostos diretos de forma organizada e sistemática foram os italianos, não por acaso, mas devido a sua herança romana e aos centros urbanos e comerciais que ali estavam²⁸.

É importante ressaltar que tanto as relações entre suserano e vassalo como as entre Estados, se davam em uma lógica de dom e contra dom, ou seja, a relação era sempre em via de mão dupla, uma via desigual e assimétrica, sem dúvida, mas dificilmente de dominação e subordinação total. As relações de poder, via de regra, são bem mais complexas que simples

²⁵ FIORI, José Luís. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, José Luís (org.). O Poder Americano. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004, p. 17 e 18.

²⁶ MAQUIAVEL. *O príncipe...*, cit., 56 e 80.

²⁷ ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. Tradução de João Roberto Martins Filho. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 35.

²⁸ ANDERSON. Linhagens do Estado Absolutista..., cit., 44.

dominação bruta, acima de tudo, quando se analisa o longo prazo. Assim, o próprio termo Estado absolutista ou monarquia absolutista, é um termo tecnicamente errôneo de se utilizar.

Mesmo Bodin²⁹ limitava o poder dos príncipes em questões tributárias, financeiras e de propriedade, ao breçar, em sua teoria, impulsos ilimitados dos soberanos. Ou seja, limitações de cunho moral acabavam dirimindo, ao menos em tese, a atuação e poder do rei em outras esferas do poder.

A descrição de Maquiavel do Estado era de um organismo vivo³⁰ como um processo natural e individual. Tende-se a entender essa fala com uma profunda influência grega, de um essencialismo, de forma a tentar botar essência em tudo, para tentar classifica-la, isto é, buscase no objeto de análise atribuir uma natureza e uma essência eterna e imutável, diferentemente de algo que esteja em uma dada forma ou condição, algo que de acordo com o “zoom” histórico que se utilize, tenderá a mostrar mudanças. O conceito de algo deve ser entendido apenas como ponto de partida teórico, digamos que, para não se caminhe no escuro. A tal “natureza” das coisas, quando analisada historicamente, é compreendida na forma das trocas, dos fluxos, das influencias, é uma via de mão dupla, em que, é difícil cravar taxativamente uma essência.

Apesar de uma tentativa de reavivar uma certa união da cristandade europeia frente aos turco-otomanos que já estavam nos Balcãs, nenhum governo italiano deixou de conspirar e atuar contra seus outros pares da península de forma concomitante ao perigo engendrado por Maomé II e seus descendentes³¹.

O eurocentrismo junto ao preconceito de Burckhardt³² fez interpretar que era melhor a Itália cair em submissão aos espanhóis do que aos “bárbaros” turcos. O poder de acumulação de riqueza e extração do excedente pelos espanhóis, fruto advindo das Américas, catapultou a Espanha para outro nível de competitividade sistêmica. Assim como, sua interpretação ao considerar Florença o primeiro Estado moderno, é uma visão de mundo é muito romantizada³³.

²⁹ BODIN, Jean. Los seis libros de la república. Tradução de Pedro Bravo Gala. Madrid: Editorial Tecnos, 1997, p. 102 e 114.

³⁰BURCKHARDT. A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio..., cit., 54.

³¹ BURCKHARDT. A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio..., cit., p. 60.

³² BURCKHARDT. A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio..., cit., p. 61.

³³ BURCKHARDT. A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio..., cit., p. 49.

Em termos de soberania aos moldes do que viria a ser entendido em Westfália (1648), o único Estado/monarca que não era vassalo de nenhum outro no século XV e XVI era o francês, segundo Bodin³⁴.

³⁴ CREVELD, Martin Van. *The Rise and Decline of the State*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999, p. 88.

CAPÍTULO I

FILOSOFIA DE ESTADO

Há, realmente uma necessidade imperativa de crescimento do Estado para sua própria manutenção e sobrevivência? Existe uma inteligência de Estado?³⁵ Existe um limite para a razão de Estado? Ou cânone da necessidade do poder fala por si só?³⁶ A luta pelo poder é um impulso humano da vida social que vai além da necessidade de segurança e bem-estar?³⁷ Existe esse ser metafísico chamado “o Estado” por Meinecke?³⁸ Essas são, algumas, das perguntas complexas que embasam o pensamento de Meinecke que acabam sendo observadas nas obras dos dois autores em escrutínio.

Humanos são seres sociais ou comunitários e o poder é um elemento que precisa ser exercido e organizado³⁹. Motivos emocionais são o que permitem o nascimento de uma causa, a razão ou a racionalidade é apenas a forma como o método será empregado⁴⁰.

Um dos pontos chaves da razão de Estado é como proceder quando um determinado grupo ou elite interna ou externa está operando para derrubar o poder instituído, e mais dramaticamente, quando as próprias massas são usadas para essa tarefa. Meinecke trata o excesso de poder como uma irracionalidade⁴¹ (parece estar embutido aí, um pensamento epistêmico, ético e político kantiano), mas a questão não é essa, e sim o benefício estratégico de se agir dessa ou de outra forma, é um cálculo utilitarista acima de tudo.

A própria ideia de balanço de poder é muito relativa ao contexto e aos Estados em análise, pois, cada ente vai interpretar esse balanço de acordo com suas necessidades e aspirações e não de uma forma equânime⁴².

Maquiavel entedia sua concepção de virtude de duas formas⁴³, a primeira era virtude cívica, do bem comum, do cidadão republicano da era dourada da antiga Roma (idealizada, é

³⁵ MEINECKE, Friedrich. *Machiavellism: the doctrine of Raison d'Etat and its place in modern history*. Tradução de Douglas Scott. New York: Yale University Press, 1962, p. 1.

³⁶ MEINECKE. *Machiavellism: the doctrine of Raison d'Etat and its place in modern history...*, cit., p. 3.

³⁷ MEINECKE. *Machiavellism: the doctrine of Raison d'Etat and its place in modern history...*, cit., p. 4.

³⁸ MEINECKE. *Machiavellism: the doctrine of Raison d'Etat and its place in modern history...*, cit., p. 13.

³⁹ MEINECKE. *Machiavellism: the doctrine of Raison d'Etat and its place in modern history...*, cit., p. 10.

⁴⁰ MEINECKE. *Machiavellism: the doctrine of Raison d'Etat and its place in modern history...*, cit., p. 17.

⁴¹ MEINECKE. *Machiavellism: the doctrine of Raison d'Etat and its place in modern history...*, cit., p. 14.

⁴² MEINECKE. *Machiavellism: the doctrine of Raison d'Etat and its place in modern history...*, cit., p. 18.

⁴³ MEINECKE. *Machiavellism: the doctrine of Raison d'Etat and its place in modern history...*, cit., p. 32.

claro), e a segunda era virtude do governante sábio e habilidoso politicamente que poderia atingir grandes feitos, assim como pensava Weber.

A coragem da *virtú* maquiaveliana não é um ímpeto juvenil dotado de frugalidade, é um pensamento estratégico, calculado, arquitetado, para naquilo em que é possível controlar certas variáveis, com vistas um dado fim⁴⁴.

A fortuna não é uma espécie de Deus jogando dados ao léu como sugeriu Maquiavel⁴⁵, quando se olha a história em uma perspectiva de longa duração as aleatoriedades de tornam bem mais diminutas, e o fluxo de energia que vai decantando no desenvolvimento, trocas e choques intersocietários se tornam mais claros.

Até onde a *virtú* pode controlar a fortuna? Se de fato puder, a *virtú*, em regra, é filha da necessidade, quanto mais se manifestar a segunda, com maior vigor a primeira precisará aparecer. Na relação entre *virtú* e fortuna, a *virtú* deve vir antes da fortuna, não se deve esperar a última aparecer para então agir com primeira⁴⁶.

De acordo com Creveld⁴⁷, ao mesmo tempo que Maquiavel era incapaz de distinguir matérias de Estado das que fossem privadas dos governantes, ele introduziu ao debate a figura do novo príncipe, não o escolhido por Deus, o de sangue azul ou do descendente de Adão. Essa nomenclatura não era apenas simbólica, era daqueles que merecessem o status em questão, exageradamente individualista ou não, Maquiavel era, inegavelmente um homem do seu tempo.

Bodin foi quem inaugurou a separação entre público e privado nos cânones ditos ocidentais, e, indo além, afirmará que o Estado ou o governante não é nem o primeiro, e nem o segundo, mais um terceiro ente abstrato, regido pela razão de Estado.

O tirano, que era uma necessidade imperiosa nos tempos do florentino, dado o contexto das invasões na península italiana, e das guerras entre as elites das cidades-Estado, para Maquiavel tinha a visão de que apenas um governante virtuoso (em sua concepção de estadista) poderia garantir a paz e a ordem. No conceito de sabedoria de Maquiavel é distinguir entre dois males e aceitar o menos ruim como algo bom⁴⁸. É preciso, no entanto, atentar para os vínculos, teóricos e práticos, de Maquiavel com o republicanismo. Nos *Discorsi* – escritos

⁴⁴ MEINECKE. *Machiavellism: the doctrine of Raison d'Etat and its place in modern history...*, cit., p. 36.

⁴⁵ MAQUIAVEL. *O príncipe...*, cit., Capítulo XXV.

⁴⁶ MAQUIAVEL. *Escritos políticos...*cit., p. 107.

⁴⁷ CREVELD. *The Rise and Decline of the State...*cit., p. 174.

⁴⁸ MAQUIAVEL. *O príncipe...*, cit., Capítulo XXI.

simultaneamente ao *Príncipe*, e que Maquiavel reconhecia como sua verdadeira obra-prima – a superioridade da república sobre o principado é reiteradamente enfatizada. Para Maquiavel, o sistema republicano tem a capacidade de ritualizar/politizar conflitos, permitindo que os diferentes “humores” (visões antagônicas sobre o destino da sociedade) coexistam, e negociem permanentemente posições, em um espaço de relativa “concordia”. O principado, não – ele fatalmente lança o conflito para “fora” do espaço público, obrigando a “oposição” a, para ver seus interesses preservados, recorrer à guerra civil. Daí que principados durem, sempre, menos que repúblicas. O príncipe é meio – vide a ênfase de Maquiavel na figura do “fundador”, como Moisés -, mas a república é fim, para qualquer povo estável.

O Estado racional não foi, apenas, uma obra de juristas esclarecidos como faz pensar Weber⁴⁹, mais de uma série de interpretes e tradutores dos novos cânones valorativos e institucionais, em parte realmente novos, devido à, especificidade geo-histórica europeia, mas em parte trazendo o que era habitual nas relações intersocietárias.

A ética de Estado é diferente da ética particular. A política é o reino do poder e da força, sendo expressado, em última instância pela violência, logo, seu *ethos* deve se basear em outros critérios em comparação a ética do particular, do indivíduo comum. Em que suas consequências são imprevisíveis, mas que podem tentar ser mitigadas a partir do momento em que a ética da responsabilidade prevalece sobre ética da convicção⁵⁰.

Apesar da importância do pensamento weberiano para o entendimento do Estado, sobretudo o moderno, é difícil conceber suas leituras quando atribui a um certo pioneirismo (mundial) alemão a criação da uma carreira para a burocracia de Estado. Coisa que as dinastias chinesas e impérios e estados indianos já faziam a mais de 2000 anos.

Weber tende a seguir uma antropologia hobbesiana, no sentido de atribuir que a ausência de violência e/ou coerção levaria necessariamente a um estado de anarquia⁵¹. Bem, de fato isso pode acontecer, mas será um evento necessário? Provável que dependa muito mais da demografia e circunstâncias história e geográficas. “O homem é o lobo do próprio homem”? É empiricamente consistente responder que depende, não há uma verdadeira natureza humana universal nesse sentido. Vale ressaltar que, para Weber, o que caracteriza o Estado moderno é o “monopólio do exercício legítimo da violência”. Não que essa violência precise ser

⁴⁹ WEBER. *Ciência e política: duas vocações....* cit., p. 52.

⁵⁰ WEBER. *Ciência e política: duas vocações....* cit., p. 53 e 75.

⁵¹ WEBER. *Ciência e política: duas vocações....* cit., p. 37.

factualmente exercida – é que, com o despontar da Modernidade, apenas uma instituição, o Estado, está autorizado/legitimado a exercê-la, caso necessário. Na Europa medieval, diversas instituições podiam punir faltas (e criar normas): guildas, por exemplo, podiam castigar seus membros. Para Weber, a característica central da Modernidade – que se traduz, de fato, na filosofia hobbesiana – é que apenas um ator (o Estado) assume essa função de aplicar eventuais sanções, e qualquer outra instituição – como a Igreja – que reivindicava, antes, tal atribuição começa, progressivamente, a perder prerrogativas.

Weber parece perpassar pela teoria política de Maquiavel (conscientemente ou não) ao relatar os fundamentos que justificam a dominação: o poder tradicional, as habilidades de um indivíduo excepcional e a legalidade racional⁵². Maquiavel já parecia, de alguma forma, explanar sua teoria política entrelaçando esses três aspectos weberianos. Mesmo que sem o rigor científico do último.

⁵² WEBER. *Ciência e política: duas vocações...* cit., p. 38.

CAPÍTULO 2

KAUTILYA E MAQUIAVEL

Para alguns autores a obra Arthashastra não foi escrita por Kautilya e nem por um único autor ao longo do tempo, foi uma obra escrita por muitas mãos⁵³.

Importante ter em conta que a interpretação que se faz de obras e textos antigos carrega consigo muito do estado da arte das matérias correlatas do presente, podendo, erroneamente, classificar ambos os pensadores como uma espécie de precursores do nacionalismo⁵⁴, por exemplo.

Como a maioria dos textos e obras antigas, há uma certa dúvida e desconfiança com relação a autoria e veracidade da obra. Como o número de grandes pensadores anteriores a Kautilya no subcontinente indiano era considerável, existem certos historiadores que acreditam que Kautilya, na verdade, é uma compilação de textos de vários pensadores⁵⁵. O dito ocidente precisa atualizar suas bases intelectuais se quiser tentar entender o mundo e sua complexidade e parar de colocar uma linha imaginária entre ocidente e oriente, como se não tivesse havido milênios de interação sistêmica de fluxo de pessoas, mercadorias, doenças, e, claro, ideias.

Chandrasekaran enxerga 3 razões sobre por que estudar a obra de Kautilya: (i) destacar padrões de pensamento que já estavam presentes no oriente muito antes de Maquiavel; (ii) sua ideologia de Estado, governo e ética tem um realismo que o leva a ser vastamente aplicado atualmente; (iii) o seu trabalho sobre diplomacia e subutilizado e muitas vezes desconhecido no ocidente⁵⁶.

Como Arthashastra somente foi trazido para a língua inglesa no começo do século XX, ele acabou não contribuindo para a história do pensamento ou para o pensamento mundial, em linhas gerais. Kautilya trata de temas diversos, como comércio internacional, justiça, finanças estatais, sistema tributário, trabalho, política externa, guerra, com originalidade e detalhamento

⁵³ MCCLISH, Mark. *History of the Arthashastra: Sovereignty and Sacred Law in Ancient India*. 1.ed. Illinois: Cambridge University Press, 2019, p. 23.

⁵⁴ MCCLISH, Mark. *History of the Arthashastra: Sovereignty and Sacred Law in Ancient India*. 1.ed. Illinois: Cambridge University Press, 2019, p. 16.

⁵⁵ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 16 e 19.

⁵⁶ CHANDRASEKARAN, Pravin. *KAUTILYA: POLITICS, ETHICS AND STATECRAFT*. Munich Personal RePEc Archive, 2006, p. 1.

muito antes os filósofos modernos ocidentais, que até hoje são conhecidos pela sua primazia e precedência em determinados temas, como, Smith, Ricardo, Mill, Hume, e, um pouco antes, ainda no renascimento, Maquiavel.

Em termos teóricos e filosóficos, o intenso debate a respeito da autoria e do espaço temporal da obra pouco modifica o debate em torno de suas ideias sobre o Estado⁵⁷, a econômica política, a política externa e a interação entre moral e política tanto interna como externamente.

Característica bem similar a outros filósofos de sua época, a obra de Kautilya não tinha ou se detinha a divisões temáticas, ele tinha, certamente o Estado ou o ente político como objeto de estudo, mas sua perspectiva analítica abarcava toda a teia de elementos que mantinham contato com a instituição do poder.

Kautilya é uma figura tão paradigmática e de difícil classificação e rotulação que mesmo dentro da Índia há interpretações de sua obra como uma espécie de *realpolitik* social darwinista ou um tipo de liberalismo, pró-mercado de âmbito pragmático⁵⁸.

A similaridade de Arthashastra, em muitos pontos, com um manual de economia política não é por acaso. O Estado, segundo o autor, deve zelar pelo bem-estar da sua população ao mesmo passo que tenta aumentar seus recursos, e isso requer lei, ordem e uma grande e complexa máquina pública.

As três funções primordiais do príncipe são: (i) *raksha*, proteção contra ameaças externas, (ii) *polana*, manutenção da lei e da ordem internamente e (iii) *yogak-kshema*, proporcionar o bem-estar das pessoas⁵⁹.

Arthashastra tem muitas características de um manual não apenas de economia política, mas também de economia política internacional, desbancado e desautorizando toda corrente eurocêntrica que se auto-refere como precursora desses campos de conhecimento à, praticamente, ontem na história. O Estado, segundo Kautilya tem três objetivos primordiais: gerar riqueza para sua população, garantir justiça e ordem internamente e ter condições para se expandir. Essa espécie de “retroalimentação tripla” se dá quando um Estado justo e bem administrado consegue ser próspero economicamente, e, com essa riqueza ele pode financiar um projeto de poder, também militar, para sua expansão e conquista. Bem, em um primeiro

⁵⁷ BISHT, Medha. *Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy*. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 16 e 18.

⁵⁸ MISRA, Maria. *The Indian Machiavelli: Pragmatism versus morality, and the reception of the Arthashastra in India, 1905–2014*, *Modern Asian Studies* 50, 1, pp. 310–344, 2016, p. 344.

⁵⁹ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 15.

momento parece fazer sentido, contudo essa lógica não resiste ao empirismo histórico, e esse tipo de pensamento é mais esquemático e pseudo-lógico do que qualquer outra coisa. Via de regra, os Estados se expandem e realizam guerras externas, ao mesmo tempo que estavam sob conflitos sociais internos e brigas armadas severas pelo controle do poder estatal e da legitimidade que ela proporciona. Não existe esse “degrau” crescente de evolução, em que primeiro você “arruma a casa” para depois crescer e se expandir. Basta fazer um breve retrospecto sobre os grandes potenciais estatais e imperiais ao longo da história que essa formulação não irá, sequer, a página dois.

É necessário diferenciar Kautilya de Maquiavel no que refere à concepção teórica de Estado. Kautilya mescla, em seus conselhos ao rei, sua experiência prática, é verdade, mas também idealiza, e muito, um Estado ideal, direcionando seus conselhos a esse fim, pré-estabelecido. Já Maquiavel, apesar de ter como grande sonho a união dos italianos em torno de um projeto político comum, não parece ter demonstrado interesse em idealizar um Estado (sobretudo não de forma tão meticulosa), quanto Kautilya⁶⁰. É raro, inclusive, encontrar menção nas obras maquiavelianas de conceitos ou ideais como bem-estar do povo e prosperidade econômica.

Ao considerar o contexto pessoal estrito de dois estrategistas deve-se ter em mente que Kautilya quando escreveu sua obra já estava na corte de Chandragupta em um posto de alto conselheiro ajudando a comandar um vasto império, enquanto Maquiavel, em o *Príncipe*, por exemplo, estava à procura de um posto de poder político para retomar suas antigas funções⁶¹.

Interessante ver a diferença de perspectiva entre os “reis” de Maquiavel e de Kautilya. Enquanto Maquiavel defendia o “novo” rei, o rei que se fez pela sua *virtú*, mérito e conquista política, Kautilya defendia que apenas a linhagem real traria apaziguamento e ordem aos diversos setores sociais⁶². Muito provavelmente, cada qual estava defendendo sua conjectura histórica e por que não, seus interesses.

⁶⁰ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 33.

⁶¹ SIHAG Balbir S., Kautilya and Machiavelli on Justice, Prosperity and National Security. Theoretical Economics Letters, 7, p. 381-397, 2017, p. 382.

⁶² KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 169.

Novamente, refletindo sobre a vidas pessoais, Maquiavel, certamente dá maior ênfase nas brigas intestinas entre as elites citadinas e regionais pelo poder político⁶³, fato que tem diminuta relevância nos destaques teóricos exposto pelo indiano.

Assim como, a aparente distinção na prioridade última na qual cada pensador dava ao que o rei deveria se dedicar com mais afinco: para Maquiavel, era a guerra o tema mais notório sobre o qual o soberano deveria se dedicar, estudar e atuar, já para Kautilya era o tesouro, isto é, a produção de riqueza e crescimento econômico⁶⁴. Entretanto, no final das contas, ambos admitiam a interdependência entre poder e riqueza. Para Maquiavel se o poder não se poderia defender as riquezas e nem acumular novas e para Kautilya, sem a riqueza não era possível obter poder, assim, parece, ambos diziam ou terminavam suas respectivas reflexões no mesmo ponto.

Para Kautilya o rei era o líder supremo, o grande interprete da moral, sendo que qualquer conflito de justiça entre a lei, as transações e os costumes quando confrontadas com édito real eram superados pelo último. Contudo, o rei não poderia fazer tudo o que desejasse, ele teria, em tese, a *rajaddharma* (dever dos reis) como norte a ser seguido, sendo a manutenção da paz e ordem social o seu objetivo⁶⁵. Diferentemente da Europa de Maquiavel, havia uma clara unificação e centralização do poder secular e temporal na mão do rei, o que raramente aconteceu na história europeia, sendo um dos fatores mais visíveis para que a Europa tivesse fracassado tantas vezes na tentativa de unificação tão sonhada, por exemplo, pelo cristianismo.

Quanto ao papel da relação entre a religião e o Estado, os dois acreditavam que a religião deveria servir o Estado; mas Maquiavel condenava o papel deletério da religião, mais especificamente o Estado Papal, ao se intrometer e tentar ditar os rumos dos governos, já Kautilya estrutura toda sua ideia de coesão social, paz e prosperidade advindos de princípios morais de base religiosa, sem que, para isso, tenha de imiscuir o poder temporal no poder secular, ao menos em nível institucional e da soberania do rei⁶⁶.

De forma diversa, os pensadores entendem de forma muito similar a “natureza do Estado”, sendo seus conselhos, segundo eles, efetivos para qualquer tempo e espaço, justamente

⁶³ SIHAG Balbir S., Kautilya and Machiavelli on Justice, Prosperity and National Security. *Theoretical Economics Letters*, 7, p. 381-397, 2017, p. 385.

⁶⁴ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 254, 255.

⁶⁵ BISHT, Medha. *Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy*. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 119.

⁶⁶ CHANDRASEKARAN, Pravin. KAUTILYA: POLITICS, ETHICS AND STATECRAFT. Munich Personal RePEc Archive, 2006, p. 17.

por que a natureza humana é imutável e no jogo de poder o que muda é só verniz⁶⁷. Não se estenderá essa reflexão para outra seara, mas esse tipo de reflexão essencialista é típico da filosofia grega, na qual embute essência em tudo, não se dando conta que se é história, muda o tempo inteiro, a questão é só um ponto de escala e que análises, sobretudo na política, e nas sociedades humanas são comparativas e não unas. No ocidente isso fica mais evidente graças ao pensamento de Aristóteles e sua natureza das coisas, seu universo mecânico, racional, funcional e pré-determinado. Em poucas linhas, universo que conhecemos hoje tem, aproximadamente, 14 bilhões de anos, e muita coisa mudou de lá até aqui, tentar crer em natureza e não em fluxo, é ter uma visão hiper-agencial do cosmos e da história, como se o homem estivesse no centro, afinal, quem põe natureza nas coisas.

O eurocentrismo está tão arraigado nos intelectuais de todo mundo, que a comparação habitual é entre Kautilya em relação a Maquiavel, e não o oposto, mesmo o primeiro tendo escrito sua obra 1800 anos antes. Tal situação é formalizada quando chamam Kautilya de “Maquiavel indiano”, cômico, se não fosse trágico⁶⁸.

Uma questão a ser especulada é por que Arthashastra, que é um dos mais antigos tratados de economia e administração do Estado descobertos até hoje é tão pouco conhecido no ocidente⁶⁹? E, de maneira mais ampla, por que os intelectuais, ainda, hoje criam uma linha imaginária de civilização, ética e sofisticação que, com muito esforço e boa vontade, vai até Istambul?

Assim como no tempo histórico de Maquiavel, em Kautilya não está claro a separação entre o Estado e o rei, especialmente no concerne a propriedades, bens e principalmente o tesouro, que era onde se financiava todas as atuações do Estado.

Um ponto crucial em comum entre ambos os pensadores era de que o setor rural ou o campo era da onde vinha o poder da sociedade, pois era de lá que vinha os recursos para produção de riquezas, além de garantir a produção econômica e de impostos, afiançava a segurança alimentar⁷⁰. Em seus respectivos tempos históricos, fazia todo sentido pensar dessa forma. Haja vista aonde se encontravam os maiores contingentes populacionais de suas sociedades.

⁶⁷ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 33 e 39.

⁶⁸ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 37.

⁶⁹ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 73.

⁷⁰ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 77.

Aa técnicas ou táticas de governabilidade contra opositores e descontentes com o governo real variavam de acordo com o grau de insatisfação do adversário ou inimigo. Esses meios de governabilidade tinham a mesma dinâmica de domínio ou eliminação muito perspicaz: primeiro se tentava uma conciliação, caso não desse certo, eles eram colocados em cargo de comando, como por exemplo o de tributação, fazendo assim (ao menos teoricamente), que a população em geral os odiasse. O próprio governo jogava a população contra o seu opositor. Método também usado por Maquiavel, quando ele ressaltava que o príncipe deveria fazer o bem e todos os cidadãos deveriam saber que foi ele que fez determinada ação, mas quando fosse para realizar algum ato de descontentamento popular o soberano deveria terceirizar a ação e não aparecer publicamente⁷¹.

Não por acaso, Arthashastra é estudado internacionalmente em cursos de administração e bussiness e não apenas de políticas públicas. Seus concelhos sobre métodos e aspectos de deliberação e tomada de decisão podem ser usados em várias áreas da vida e, por que não da pesquisa, como por exemplo quando ele exemplifica o que deve ser considerado nos elementos da deliberação: (i) os objetivos a serem alcançados; (ii) os meios de executar a tarefa (iii) a viabilidade de recursos humanos e materiais; (iv) a decisão de tempo e lugar e (v) planos de contingência em caso de falha⁷². Fundamentados esses elementos, a decisão deve ser posta em prática uma vez averiguada sua oportunidade.

CAPÍTULO 3

ETICA E MORAL

⁷¹ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 158.

⁷² KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 200.

Arthashastra pode ser considerada uma obra holista por abarcar temáticas de ciências econômicas, políticas, além de conceitos espirituais e morais. As maiores influências da filosofia indiana em *Arthashastra* são: uma ampla metodologia de orientação, o conceito de *dharma* (moral), normas e estratégias associadas a manutenção da ordem e do equilíbrio na política. Em termos filosóficos, *Anviksiki* (filosofia), era representada por *Samkhya*, *Yoga*, *Lokyata* e as 3 Vedas, *Samaveda*, *Rig Veda*, *Yajur Veda*. Assim a filosofia poderia ser entendida como fonte iluminadora para entender o mundo, pois era apenas através da razão lógica que se poderia compreender o bem espiritual e bens estar material⁷³.

Segundo Brown, ao unir *Sāṃkhya-Yoga* e *Lokāyata* dentro da própria tradição indiana, eleva a ideia de falibilidade, na qual, admite que algumas classes ou elementos de um pensamento ou teoria podem estar errados, contudo, esses elementos são uteis para defender uma razão e uma lógica da realidade estudada⁷⁴.

A cultura indiana busca o equilíbrio entre a materialidade e a espiritualidade. É estimulada a aquisição de riqueza (*artha*), com os prazeres naturais e a constituição da família (*kama*), mas todos capitaneados pelas regras morais (*dharma*), para que no final da vida se consiga a salvação espiritual (*moksha*)⁷⁵.

É visível a influência do Hinduísmo e seus conceitos de alma universal, eu universal e união entre o indivíduo e divo está contida na sistemática organizacional tanto material quanto moral do Estado em Kautilya.

Arthashastra era um mediador entre o mundo secular, da política, dos bens materiais, dos bens estar e o mundo da moral, das antigas tradições religiosas Bramares e Hindus, que buscavam fundamentar sua legitimação⁷⁶.

Assim, rotular Kautilya como injusto, é precipitado e raso. Seus métodos para manter e expandir o poder em muitas ocasiões, pouco importa se interna ou externamente, são brutais, como quase toda ação de vulto geopolítico ou de manutenção de regime. Mas isso não acontece

⁷³ BISHT, Medha. *Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy*. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 38.

⁷⁴ SHAHI, Deepshikha. *KAUTILYA AND NON-WESTERN IR THEORY*. 1ª e.d. Cham: Macmillan, 2019, p. 118.

⁷⁵ SOUZA, Teotônio R. de. *Machiavelli, a Modern European Avatar of Kautilya*. *Machiavelli, a Modern European Avatar of Kautilya*, n. 13, p. 163-177, 2013, p. 173.

⁷⁶ BISHT, Medha. *Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy*. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 38.

no vácuo moral. O interessante de sua obra é que a brutalidade é irmã da justiça, ao menos, para ele.

Talvez, uma interpretação possível do pensamento moral de Kautilya se aproxime ao de Maquiavel, no entendimento de que ambos não são imorais e sim amorais⁷⁷, da mesma forma os dois não são contra religião e sim indiferentes a ela, no sentido de que somente se deva usar os sentimentos e instituições das religiões para fins políticos.

A grande questão que Maquiavel parece colocar é: como ser ético em um mundo não ético? O agir ético de um Estado frente aos seus pares não éticos pode determinar a própria sobrevivência do Estado⁷⁸.

Shiag advoga que Kautilya aplicava uma análise utilitarista de custos e benefícios na maioria das suas estratégias políticas, inclusive a guerra expansiva, com a exceção das questões segurança nacional que segundo ele eram muito sensíveis para serem decididas por esses parâmetros⁷⁹.

Parece que o liame de ligação entre a perspectiva holista de Kautilya é a política, pois ela se utiliza da moral e da lei (*dharma*) para garantir ordem ao sistema vigente, através da política. Decisões que visavam promover a riqueza e o bem-estar (*artha*) da população, assim como com o seu braço de força repressiva (*danda*) que lhe garantisse a “paz social” e a defesa e projeção internacional.

Algumas relevantes interpretações podem ser auferidas quando se relaciona moral e política na obra Kautilyana, pois se uma das razões de existência do Estado é um mínimo de ordem, paz a justiça, fica impraticável a separação entre moral e política, já que a ordem social só é possível efetuando-se uma conduta moral na qual o próprio rei é seu protetor ou guardião. Em suma, a própria gênese da ordem e da estabilidade de uma sociedade traz consigo necessariamente uma conduta moral. Aqui está um ponto aparentemente bem distinto do indiano versus o italiano. Em Kautilya o Estado é agente promotor da moral.

⁷⁷ RAO, M. V. Krishna. *Studies in Kautily*. 1ª ed. Munshiram Manoharial 1979, p. 11.

⁷⁸ RAO, M. V. Krishna. *Studies in Kautily*. 1ª ed. Munshiram Manoharial 1979, p. 82.

⁷⁹ SIHAG, Balbir S. Kautilya on Public Goods and Taxation, *History of Political Economy*, Duke University Press, v.37, issue 4, p. 724-753, 2005, p. 725.

Assim como ente “gerador” da moral, ao mesmo tempo que o Estado impunha a ordem internamente, ele flexibilizava a moral para poder atingir seus objetivos políticos.

Kautilya mistura todo o aspecto moral e ideológico do *dharma* com um pragmatismo simples ao falar da importância do bem-estar do povo, em suma, se um amplo contingente de pessoas se encontra na pobreza, as chances de revoltas e insurreições somente internas ou apoiadas por rivais externos, aumentam. Assim, ele diz que na felicidade dos súditos está a felicidade do rei e o que é benéfico aos súditos e benéfico ao rei⁸⁰, apesar da pouca profundidade aparente, apoiam-se nessa reflexão tanto um pensamento moral quanto uma sobrevivência política do rei, e, é difícil saber exatamente aonde começa um e onde termina o outro.

Kautilya não pregava a superioridade do bem-estar material (*artha*), mas sim sua integração harmoniosa com os outros objetivos da existência. Ou seja, a moral (*dharma*), os prazeres físicos e sensoriais (*kāma*) e a liberação do ciclo de nascimento e morte (*moksha*) dependiam materialmente (*artha*) para se manifestar, não havendo, porém, uma superioridade qualitativa. Em suma, *artha* é condição necessária para o florescimento do *purushārthas*⁸¹.

Seguindo nessa mesma linha, *dharma* (moral) tem sua derivação da Sânscrito *dhairya* que significa manter unido, junto agregado, ou seja, a moral ou essa perceptiva moral, tem esse papel, o que em termos estatais e civilizacionais, de certa forma, era de se esperar. Mas, o que Kautilya deixa claro é que a coerção e a força são necessárias na regulação dessas condutas⁸². Ou seja, o que ele deixa claro não é separação entre moral e política como quer Maquiavel, mas a junção delas.

O próprio Carr também deixava claro que a busca pela ética fora da política estaria fadada ao fracasso⁸³.

Necessário atentar para o fato de que o Estado como ente moralizador e aglutinador interno através do seu código de conduta sede espaço para uma moral mais pragmática e utilitarista⁸⁴. Ou seja, em última instância, “o farol moral” daquela sociedade seria o Estado, ou

⁸⁰ BISHT, Medha. *Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy*. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 55.

⁸¹ SHAHI, Deepshikha. *KAUTILYA AND NON-WESTERN IR THEORY*. 1ª e.d. Cham: Macmillan, 2019, p. 49.

⁸² BISHT, Medha. *Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy*. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 56.

⁸³ CARR, Edward Hallett. *The Twenty Year Crises: An Introduction to the Study of International Relation*. London: Macmillan Press, 1981, p. 35.

⁸⁴ BISHT, Medha. *Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy*. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 72.

dos grupos que mandassem ou operassem através dele, e os objetivos estratégicos balizariam a regra ou a elasticidade desse código de conduta buscado.

Ambos, como conselheiros de soberanos, tinham a visão de que a agência contava muito, de o homem com sua *virtu* ou seu *dharma* poderia mudar os rumos de um Estado ou de povo. O dois colocavam um peso considerável na coesão social para sucesso de todos em termos produtivos, econômicos e de bem-estar geral, com lema de que, a grosso modo, basta coesão e trabalho para transformar uma terra, um espaço. No curto prazo, combinado com uma miríade de outros fatores essa reflexão pode até fazer algum sentido, mas no longo prazo as decantações históricas de longa duração são bem mais relevantes que o homem, e, mesmo que a história humana seja feita pelo homem (é verdade), muito, não está sobre o seu controle⁸⁵. Apenas um exemplo histórico mais recente disso, para reflexão, foi a revolução industrial inglesa. Digamos que tudo tivesse acontecido exatamente como ocorreu, salvo por um fator: que naquele momento histórico não tivesse um enorme contingente de carvão nas Ilhas Britânicas. A pergunta que fica é: ainda assim, haveria tido revolução industrial? Às vezes nas interpretações históricas, há uma supervalorização dos homens e dos seus grandes feitos, virtudes e inteligência, que conseguia cabalar as massas em torno de um ideal e etc. Esquece-se, contudo, que vontade humana é muito mais dependente do meio do que se imagina. Isso não é um determinismo geográfico, longe disso, mas o “zoom” da interpretação histórica não pode estar fixo no curto e médio prazo, a interferências, as vezes irremovíveis, advindas do longo prazo que, possibilitam ou não a ação humana.

Dharma (moral) obrigaria o rei a 3 obrigações centrais perante seu povo: proteção (*rakshana*), administração (*palana*) e bem-estar (*yogakshema*). Ao mesmo tempo essas ações gerariam cidadãos e uma sociedade mais próspera, e assim aumentariam as receitas do império. É constante e interessante esse tipo de análise por todo o livro, parece haver uma busca constante de junção entre uma baliza moral, o auto interesse e o poder.

É bem curioso como Kautilya oscilava entre os espectros mais duros e pragmáticos e idealizações quase que fantasiosas. Em um momento ele diz que deve haver um equilíbrio entre o *dharma*, *artha* e *kama*, ou seja, entre os elementos morais, bem-estar material e dos prazeres mundanos, contudo, logo depois, ele desfaz o que acabara de dizer quando revela que ambos

⁸⁵ BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1978. [1977], p. 77.

os elementos morais e os prazeres mundanos só serão alcançados com condições materiais que os permitissem florescer⁸⁶.

Héctor Perla Jr, consubstancia o pensamento de Kautilya ao demonstrar a falsa dualidade entre realismo ou materialismo e idealismo, segundo ele, ao controlar bases de recurso materiais tem-se as condições objetivas para construir, controlar e, se necessário, modificar, a opinião pública das massas e todo componente ideológico que determina como uma população inteira se comporta, inclusive em termos morais. Acontecendo igual movimento na via inversa, quando um discurso ideológico é usado para obter determinada base recursos materiais⁸⁷.

Uma parte do idealismo de Kautilya pode ser interpretado como a marca de estrategista perspicaz. Os ideais movem e promovem a energia humana. O bem comum promovido, real ou não, sustentável ou não, acaba favorecendo os governantes. O poder central e sua autoridade tem realmente esse poder de direcionar grandes massas populacionais em torno de um objetivo⁸⁸.

De acordo com A.L. Basham, Kautilya valorava muito as ideias por entender que elas afetavam substancialmente a realidade política⁸⁹.

Obviamente as comparações entre Kautilya e Maquiavel se dão em tempos históricos distintos, todavia, é interessante traçar um paralelo em que na teoria do pensador indiano o rei era o guardião e exemplo máximo da moral (que era baseada na religião) assim como o chefe político e militar. Na Europa de Maquiavel havia uma divisão acentuada entre os poderes temporal e secular que se entrelaçavam e guerreavam, vivendo em jogo de tensão e ao mesmo tempo de dependência mútua ao longo dos séculos.

Ao tentar entender as fontes do direito e dos julgamentos advindo dele, as disputas sociais trazidas à baila podiam ser resolvidas na seguinte ordem de importância: primeiro através do dharma (moral), segundo pela evidência (dependente da testemunha), terceiro pelo costume e por último pelos editos reais. Em última instância, em caso de conflitos entre as

⁸⁶ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 145, 146, 149, 158.

⁸⁷ PERLA, H., Jr. *Sandinista Nicaragua's Resistance to US Coercion: Revolutionary Deterrence in Asymmetric Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 58.

⁸⁸ BJÖRKMAN, James Warrler. *Kautilya, Sisyphus and Development Studies: On Policy, Administration and Well-being*. Institute of Social Studies (ISS), Hague, p. 1-14, 1991, p. 5.

⁸⁹ BASHAM, AL., *The Wonder that was India: A Survey of the Indian Sub-continent before the Coming of the Muslims*, New York: Grove Press, 1954, p. 80.

normas e fontes era o dharma (moral) que prelacía, sendo a representação do dharma o próprio rei⁹⁰.

Há uma perspicaz reflexão em Arthashastra, na qual ele afirma que poder é possui força, e que ela é imperativa para a felicidade⁹¹. Ora, parece implícita aqui a pergunta: é possível ser feliz sem poder? Vide que, seja a agência ou a sociedade desprovida de poder, interna ou externamente, a complexidade das interações humanas forçosamente exigirá um certo grau de poder para mitigar as vulnerabilidades de certos agentes ou grupos. Dessa feita, parece coerente essa reflexão de olhar felicidade não apenas para dentro, como algo apenas subjetivo e/ou espiritual, ao mesmo passo de não colocar o poder como algo apenas coercitivo, distante e para poucos, o poder permeia não apenas as relações humanas, mas o mundo natural como um todo.

Kautilya parecia entender a relação de meios e fins de seus objetivos políticos, e deixava claro que objetivo da política era possibilitar o alcance da felicidade e o poder era meio indispensável para esse fim.

No tocante a relevância dada a agência por ambos os pensadores, os dois concordam em valorizar o autocontrole das emoções, sentimentos e sentidos, caso contrário, perder-se-á as conquistas de âmbito político. Em resumo, se não consegue controlar a ti mesmo, não irá controlar ou gerir ninguém.

Para Maquiavel não há um condicionante moral pré-definido com vistas à ordem social, o que se quer é possuir o poder para poder ser ou não bom, de acordo com a necessidade⁹².

Maquiavel afirma que a bondade pode destruir um sistema político em uma sociedade onde os maus imperam, e que somente um Estado forte comandado por homens virtuosos pode elevar o nível dessa sociedade. Um típico fundamento do pensamento moderno que influenciou todo o ocidente. Sendo a zona de interseção, interpretada por muitos como razão de Estado⁹³.

Maquiavel faz uma instigante análise ao se utilizar de uma ética consequencialista para fundamentar suas atuações e métodos políticos, visto que, o que é considerado bom pode trazer péssimos resultados para o ente político, e, de igual forma, o que é considerado ruim, pode

⁹⁰ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 380.

⁹¹ BISHT, Medha. Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 108.

⁹² BOESCHE, Roger. Moderate Machiavelli? Contrasting The Prince with the Arthashastra of Kautilya. A Journal of Philosophy and Social Theory. Volume 3, issue 2, p. 253-276, 2015, p. 255.

⁹³ RAO, M. V. Krishna. Studies in Kautily. 1ª ed. Munshiram Manoharal 1979, p. 73.

trazer resultados benéficos, resultados positivos para o corpo político e social⁹⁴. Nesse sentido, Kautilya é muito mais dogmático e moralista, pois ele confia de tal forma que a moral trará a paz social, a ordem e a justiça que ele não enxerga possíveis resultados negativos dessa conduta. Verdade seja dita, como estrategista que foi é difícil especular que Kautilya teorizou essa “logica moral” de forma tão esquemática e rígida. Em vários momentos de sua obra ele demonstra flexibilidade a depender da análise contextual para mudar comportamentos políticos.

CAPÍTULO 4

⁹⁴ BOESCHE, Roger. Moderate Machiavelli? Contrasting The Prince with the Arthashastra of Kautilya. A Journal of Philosophy and Social Theory. Volume 3, issue 2, p. 253-276, 2015, p. 256.

GUERRA

Segundo Kautilya, existem 4 tipos de guerra: *Montrayudda*, que é exercício da diplomacia para fins de desestruturação do inimigo, em regra é feito por Estados mais fracos com pouca força militar. O segundo é *Prakasayuddha*, ou seja, a guerra aberta, em campo de batalha. O terceiro é *Kutayuddha* que é a guerra psicológica, são mecanismos de desestabilização dos mais diversos, manipulação das massas, suborno de integrantes do governo e incitação a revoltas. O último é o *Gudayuddha*, ou guerra clandestina, que é a utilização de agentes secretos para assassinar o inimigo⁹⁵.

Kautilya segue uma visão que na maioria dos casos se mostra equivocada quando se analisa a história. Ele entende que para se ter um movimento expansionista ou conquistador o país primeiro deve ter um alto grau de coesão interna⁹⁶. Essa forma logico-racional de se entender o desenvolvimento de um Estado em etapas muito bem delimitadas e sucessivas, só encontra respaldo na teoria.

Weber, também, tem uma ideia estruturante e racionalizante do Estado expansionista ou do Estado que está pronto para se expandir, para ele, “a casa deve estar arrumada” antes de se pensar em estender seus domínios⁹⁷. A ideia de que o monopólio da força deve estar consolidado não encontra respaldo na análise histórica, em que, mesmo as grandes potências e impérios tiveram constantemente desafios, revoltas e guerras civis internas ao mesmo tempo que expandiam seu poder e influência, a título de exemplo: os EUA e a França do século XIX e o império Romano em boa parte de sua existência.

Kautilya aconselha o rei em seu movimento expansivo, a diretamente ter um balizador moral no movimento de ataque. Já que deve-se preferir atacar, segundo ele, os reis injustos aos justos. Parece haver uma mescla de razões para esse conselho, uma, que ele admite é que a própria população local do país conquistado ajudaria ou defenderia o invasor na esperança de ser libertado ou ter dias melhores. Ou seja, genuinamente ou não, ela usa a justiça/moral praticada por seu governante para conquistá-lo⁹⁸. Há certa semelhança nesse pensamento em

⁹⁵ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 676.

⁹⁶ BISHT, Medha. Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 59.

⁹⁷ SHAHI, Deepshikha. KAUTILYA AND NON-WESTERN IR THEORY. 1ª e.d. Cham: Macmillan, 2019, p. 71.

⁹⁸ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 37.

um tipo de cruzada religiosa, ou, nesse caso, de uma cruzada moral, que em última instância tem uma base religiosa, nos Vedas Bhramicos.

Kautilya acreditava que guerra era uma obrigação necessária, pois, sem ela, o ente político não poderia construir riqueza e prosperidade econômica e em solidez de defesa e geopolítica⁹⁹. Em suma, para ele, a guerra era inescapável, até por que, a expansão estatal também era, logo a guerra seria o meio ou o método utilizado nessa empreitada, supostamente inevitável.

Todavia, esse processo expansivo segue linhas ideológicas e religiosa bem diferente das dos tempos de Maquiavel, no sentido de que, ele segue um método de dominação típico dos grandes impérios orientais da antiguidade, em que, o que importa é o pagamento de tributos, e, a depender do caso específico alianças estratégicas de defesa e comércio, por exemplo¹⁰⁰. Não havendo interferência na língua, religião, leis ou cultura local, havia uma razoável liberalidade com os povos conquistados incluía ponto final

Um rei ao conquistar um novo território deve demonstrar a mesma devoção aos deuses locais como sua população conquistada¹⁰¹. Novamente, genuinamente ou não, era uma estratégia comum dos impérios e Estados orientais da antiguidade uma maior demonstração de tolerância e entrelaçamento cultural que suas contrapartes da península europeia, que via de regra, sobretudo após a expansão do cristianismo romano, impunham, incisivamente, sua religião sobre os povos conquistados.

Como já relatado anteriormente, o “depois” da guerra, era visto de maneira distinta por ambos os filósofos. Kautilya tinha um ímpeto de conquista moral em busca de justiça social e de colocar o mundo ou, o seu mundo, no lugar certo. Para Maquiavel, não haveria um estágio em que após a conquista física e moral do inimigo, o mundo entraria em linearidade e harmonia, isso tem sua fonte em princípios Hindus laureados por Kautilya. Maquiavel ensinava o bem comum, e, ao que parece, não acreditava em um “céu na terra” após um embate bélico.

Direitos e deveres dentro da antiga filosofia hindu fazem parte do mesmo conceito holista, não há dualismo. É uma espécie de moralização (dharma) da expansão, em que um certo direito de conquista, ou uma legitimação moral, lhe impõe também certos deveres como o respeito ao povo conquistado em relação a sua religião, cultura, lei etc. De um ponto de vista

⁹⁹ SIGHA, Sushil. Kautilya's views on Ethics, Politics and Seven state-craft. RESEARCH HUB – International Multidisciplinary Research Journal (RHIMRJ), Volume-7, Issue-04, April 2020, p. 2.

¹⁰⁰ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 39.

¹⁰¹ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 55.

realista, o que importava para antigos impérios e Estados, sobremaneira os orientais, era o pagamento de tributos¹⁰².

Kautilya não pensava apenas na guerra, mas ao término dela. Assim, para ele, a população civil deveria ser poupada na guerra e respeitada após a consolidação do novo conquistador. Um país sem população, ou com uma população esfacelada, não consegue sobreviver¹⁰³. O objetivo é dominar e expandir e não apenas destruir e saquear.

A ideia parecia ser que, após a conquista a força bruta iria diminuindo sistematicamente até que consolidasse o império da lei atrelado ao sentimento de solidariedade.

Muitas vezes a moral empregada por Kautilya é guiada por um benefício prático, orientada para os objetivos de Estado¹⁰⁴. Então, por exemplo, pode-se matar um traidor ou toda casta real de um reino inimigo, mas não se pode utilizar a força contra sua própria população insatisfeita ou sobre um povo conquistado.

De acordo com a tradição indiana exposta por Kautilya há 4 métodos de lidar com potenciais ou atuais conflitos: (i) tenta a conciliação (*sama*), (ii) subornar ou apaziguar a situação com pagamentos e presentes (*dana*), (iii) incitar a discordância entre os inimigos (*bheda*), (iv) uso da força (*danda*)¹⁰⁵.

A “guerra silenciosa” delineada por Kautilya tem traços do que hoje chamar-se-ia de guerra híbrida. Em que, em público, tem-se uma relação amistosa e cordial com o outro Estado, porém, há uma série de métodos sendo empregados silenciosamente para desestabilizar esse Estado, como informação falsa, assassinatos, manipulação das massas e propaganda¹⁰⁶.

Assim como Maquiavel, Kautilya planejava a atuação estatal para prevenir e antecipar possíveis problemas e cenários, deixando situações não previstas para casos muito excepcionais.

¹⁰² BISHT, Medha. Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 75.

¹⁰³ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 729.

¹⁰⁴ SHEIKH, Aabid Majeed; RASHID, Saima. Kautilya, the Indian Machiavelli; On War and diplomacy in Ancient India. Journal of Humanities and Education Development (JHED). Vol-2, Issue-1, p. 29-36, Jan – Feb, 2020, p. 31.

¹⁰⁵ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 114.

¹⁰⁶ BOESCHE, Roger. Moderate Machiavelli? Contrasting The Prince with the Arthashastra of Kautilya. A Journal of Philosophy and Social Theory. Volume 3, issue 2, p. 253-276, 2015, p. 267.

Uma sensata correlação feita por Kautilya é que melhor forma de defesa de um país contra um inimigo externo é a justiça social¹⁰⁷, já que, um povo miserável, com alto grau de insatisfação e poucos bens materiais pode ser facilmente dominado ou manipulado.

Mais uma vez Kautilya congrega o realismo ao dizer que a lealdade de qualquer exército está condicionada ao pagamento de seu soldo e que sem as finanças do Estado não seria possível atingir a retidão moral e os prazeres mundanos. Em suma, havia um componente material intransponível para moral, e que, sem ele, qualquer transcendência seria inócua¹⁰⁸.

Importante analogia do ponto de vista geográfico e geoestratégico pode ser feita quando Kautilya diz que os aposentos do rei devem ficar no centro do complexo real¹⁰⁹. Se se fizer um esforço mental e trocar o rei pelo chefe do executivo ou primeiro ministro e o complexo real pelo país, temos a mesma lógica. A proteção da “cabeça do Estado” é melhor executada, ou seja, com maiores possibilidades de defesas e saídas em um espaço geográfico não marginalizado, bem, os exemplos históricos de troca e construção de capitais são variados.

O conhecimento, envolvimento e participação efetiva do rei na arte da guerra, não o delegando inteiramente a terceiros, era aconselhado por ambos os filósofos.

O comando das forças armadas deve ser dividido entre vários chefes militares e suas unidades de combate, para aumentar as possibilidades de resistência e defesa em caso de o inimigo tentar cooptar algum chefe militar.

Antes de Maquiavel propor um exército republicano ou uma espécie de uma nação em armas, Kautilya já enxergava a necessidade de estimular um exército popular. Ambos entendiam que a força de um exército repousava nos homens do campo, que além do fator primordial, os números, ou seja, a quantidade de habitantes, eram uma população mais versada e naturalmente treinada para o embate¹¹⁰.

¹⁰⁷ SHEIKH, Aabid Majeed; RASHID, Saima. Kautilya, the Indian Machiavelli; On War and diplomacy in Ancient India. *Journal of Humanities and Education Development (JHED)*. Vol-2, Issue-1, p. 29-36, Jan – Feb, 2020, p. 30.

¹⁰⁸ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 125.

¹⁰⁹ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 150.

¹¹⁰ SHEIKH, Aabid Majeed; RASHID, Saima. Kautilya, the Indian Machiavelli; On War and diplomacy in Ancient India. *Journal of Humanities and Education Development (JHED)*. Vol-2, Issue-1, p. 29-36, Jan – Feb, 2020, p. 36.

Por mais que se deva considerar questões ideológicas, de natureza religiosa e de muita construção cultural, o bom pagamento dos soldos das forças armadas era tido por Kautilya como condição essencial para se evitar revoltas e traições¹¹¹.

A paz deve ser preferida à guerra em casos de incerteza. A dominação ou interferência em outros Estados deve ser tentada das formas mais sutis e discretas possíveis, pois a guerra demanda um custo material e humano muito alto, em suma, não se pode ter dúvida quando se entra em conflito¹¹².

Vigraha (hostilidades) para Kautilya compreende tudo que vai desde a ofensiva diplomática até o campo de batalha. *Asana* (ficar quieto) e *Yana* (preparação para a guerra) são os elementos de conexão entre a paz e guerra. *Samsraya* é ato de pedir ajuda ou proteção a um rei mais forte e *Dvaidhibhava* é o complexo jogo de realizar a paz com um vizinho buscando com isso empreender hostilidades com outro vizinho.

Uma das políticas aplicadas na teoria da Mandala (política externa), é a da neutralidade ou indiferença perante Estados com a mesma correlação de forças. Contudo, Singha traz uma importante crítica ao contrapor essa perspectiva com as análises históricas, dizendo que potências de igual envergadura dificilmente ficam neutras uma perante a outra, a tensão e a incerteza perante o outro acaba levando, geralmente, a dois caminhos: a guerra ou uma aliança¹¹³. Como o caso da Alemanha perante o Reino Unido nas duas grandes guerras ou dos EUA diante da URSS nos tempos de guerra fria.

A uma premissa importante para entender o pensamento de Kautilya, a de que vizinhos são necessariamente hostis uns com os outros, apenas variando o grau e forma de enfrentamento. É verdade que ele admite que esses mesmos vizinhos podem ser aliados, contudo seria uma dominação calculada do mais forte sobre o mais fraco. Para Kautilya a dominação é sempre o objetivo a ser alcançado, através dos mais variados métodos¹¹⁴.

Como Maquiavel, Kautilya não aconselhava a contratação de mercenários para a composição das forças armadas, mas em casos de extrema necessidade ele sugeria enviar os mercenários para lugares distantes, para que, em caso de vitória, não tivesse risco de revolta, em que eles se voltassem contra o contratante. Da mesma forma, um aliado, somente o é, se

¹¹¹ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 685.

¹¹² KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 547.

¹¹³ SIGHA, Sushil. Kautilya's views on Ethics, Politics and Seven state-craft. RESEARCH HUB – International Multidisciplinary Research Journal (RHIMRJ), Volume-7, Issue-04, April 2020, p. 3.

¹¹⁴ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 552.

suas tropas não são formadas por mercenários, já que, a principal característica de um aliado é poder ajudar o seu suserano quando lhe for demandado¹¹⁵.

Kautilya em muitos momentos lembrava filósofos gregos, como Aristóteles, com seu método “logico-racional-dedutivo”, como dito anteriormente Arthashastra é um livro teórico com pretensões universais. Tudo é muito esquematicamente desenhado e projetado, a exemplo de como o rei deve controlar o seu entorno estratégico com os 4 métodos, conciliação (*sama*), apaziguar com presentes (*dana*), para os vizinhos mais fracos e promover a divergência interna (*bheda*), força (*danda*) para os vizinhos mais fortes. Parece uma forma de pensar logico racional, que na superfície faz sentido, mas ao analisar os exemplos históricos não vai muito além.

CAPÍTULO 5

POLÍTICA EXTERNA

O próprio entendimento das relações internacionais e da política externa passa, necessariamente pelo entrelaçamento e ramificações de conceito para além do ocidente e da Europa, caso contrário, a própria busca por um melhor entendimento do mundo, do global, do

¹¹⁵ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 596, 607, 608.

internacional, começará de saída contaminado por um viés que não enseje a pluralidade de significados e conceitos¹¹⁶. Até por que a história da espécie humana e suas civilizações foi construída através da constante interação por milênios.

Dentre as teorias de RI mais contemporâneas, Kautilya se aproxima do Construtivismo, ao tentar unir ou achar um meio termo entre o realismo, o poder, a política e a moral, ideias, ideal. Assim, Wendt se assemelha muito a Kautilya quando afirma que (i) o Estado é principal ator do sistema internacional, (ii) o sistema de Estados é uma estrutura social intersubjetiva e (iii) identidades e interesses derivam de construtos de uma estrutura social intersubjetiva¹¹⁷. Apenas uma crítica à terceira semelhança: estruturas teóricas tem, por definição, talvez, tendência à generalização, que, ao serem testadas na prática devem ser verificadas com muito cuidado. As construções sociais dificilmente são realmente sociais, no sentido de englobar toda a sociedade em questão, muito do que as massas fazem e pensam faz parte de uma construção, em grande medida histórica, das elites dessa e de outras sociedades. A construção cultural, de valores, de organização e de status social e direcionado pelas elites.

Seria possível traçar um paralelo espaço-temporal, mesmo que distinto, tomando como ponto de análise que ambos estavam em períodos de constante ameaças externas sobre seus entes políticos centrais e que isso justificava uma premissa de necessidade de união e coesão interna e posteriormente expansão (?), justamente para não se tornar vulnerável a terceiros desafiantes ou concorrentes?

A política externa (*Sadgunya*) de Kautilya tinha seis raios de ação: paz, guerra, neutro, marchar para o conflito, buscar refúgio em um terceiro Estado mais forte, e uma política dupla. Qual política aplicar dependerá de uma miríade de fatores, é claro. Mas uma coisa ele deixa claro, o grau de autonomia e com isso de aplicação da política externa está diretamente relacionado a depender o mínimo dos outros Estados¹¹⁸. Assim como, diferentemente do que se possa pensar, a guerra física, confrontacional, em campo de batalha, é apenas mais um elemento da política externa, e não principal. O objetivo de um Estado nesse contexto é ganhar posição relativa perante seus pares que gerem mais insegurança. E isso pode ser feito de inúmeras formas, como os próprios raios de ação da *Sadgunya* mostram.

¹¹⁷ SHAHI, Deepshikha. KAUTILYA AND NON-WESTERN IR THEORY. 1ª e.d. Cham: Macmillan, 2019, p. 109.

¹¹⁸ BISHT, Medha. Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 130, 131.

Segundo Kautilya a força deveria ser último recurso a ser usado na tentativa de atingir os objetivos estratégicos do Estado, e mesmo quando não houvesse outra alternativa, a força bruta e incisiva não deveria ser usada contra a população em geral, mas contra os líderes do inimigo¹¹⁹. Força desproporcional e violência excessiva geram desastres sociais e cicatrizes sociais de longo prazo no corpo político social. As vezes para derrubar uma aliança hostil ou inimiga, basta derrubar o pivô dessa aliança que os demais entes periféricos não terão força de reação.

Assim como Maquiavel, Kautilya dava uma importância substancial ao jogo de espionagem, inteligência e contra inteligência, mas de fato, o indiano foi muito mais meticuloso e muitas vezes imaginativo em suas prospecções e ambições. Espiões e agentes de inteligência eram necessários para segurança e expansão do reino, como também contragolpes e distúrbios internos. Ele chega a usar o termo “guerra psicológica” como elemento a ser usado contra o inimigo para enfraquecê-lo¹²⁰. Apenas como objeto de reflexão, pode-se fazer um paralelo com o que hoje definimos como guerra híbrida, mas fica a pergunta: esses fatores de manipulação de uma outra população, independente do método ou do objetivo, eram marginais as “guerras clássicas” de uso da força no campo de batalha e só recentemente passaram ser usadas como mecanismo central de guerra ou elas sempre foram centrais e somente muito pouco tempo passaram a ser estudadas com o cuidado que lhe eram devidas?

Algumas ideias abordadas por Kautilya em relação à espionagem eram que o embaixador era um espião legalizado, o que não deixa de ter sua verdade. E que o espião deveria ser, também, espionado para se ter certeza que as informações passadas eram de confiança ou que o mesmo não tinha se transformado em um agente duplo. De igual maneira, para se poder ter segurança sobre suas tropas e sua alta burocracia, Kautilya imbuía a necessidade de se ter espiões também para esses atores, de forma a se evitar golpes e rebeliões, ressaltados por aqueles que comandavam as armas.

A visão de Kautilya sobre política externa é primordialmente teórica, pois ele não define um tempo histórico específico: assim como Maquiavel, ele acredita que natureza humana e por consequência os Estados não mudam, e por isso sua teoria é válida como um conceito universal¹²¹.

¹¹⁹ BISHT, Medha. *Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy*. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 137, 138.

¹²⁰ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 498, 499 e 508.

¹²¹ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 543.

Duas críticas são necessárias a Kautilya tendo como base suas formulações a respeito da relação do rei com seus vizinhos e da necessária expansão do reino. Parece ingênuo entender que o vizinho que detém a contiguidade fronteira com o rei será interpretado sempre como um inimigo, a uma miríade de fatores que permitem concluir que esse status é maleável e inconstante. O segundo ponto é um clássico debate na teoria das relações internacionais onde se discute se a expansão de um Estado é algo realmente necessário. Novamente generalizações dessa monta acabam sendo objeto fácil de crítica. A depender da demografia, da geografia física, dos Estados vizinhos, história intersocietária regional e também global, a expansão do ponto de vista material e não apenas ideológico (o que caberia fundamentações das mais subjetivas) pode variar enormemente.

A subjugação de outro ente político pode se dar, também, por atos de benevolência e caridade, mas, para cumprir os fins estratégicos do Estado o príncipe pode e dever ir contra qualquer tipo de fé, religião ou valor moral.

A premissa teórica básica de Kautilya é que o vizinho do rei em análise é sempre um inimigo, enquanto que o vizinho do inimigo é sempre um aliado. E o “Estado do Meio” e o “Estado Neutro” variam suas posições de acordo com a correlação de poder em voga. Utilizando-se de 4 elementos de interpretação: poder relativo, variação do ideal, classificação dos diferentes tipos de motivação e a influência do intangível e do imprevisível.

Assim como Maquiavel, Kautilya advoga que o rei com pouco poder para resistir a investidas de reinos mais poderosos deve jogar com as armas que tem no momento com a finalidade da sobrevivência e que a política é instável, de modo que primeiro você sobrevive e depois tenta reverter um quadro de dominação desfavorável¹²².

O poder na relação entre Estados é relativo, então, por exemplo: o progresso econômico do Estado A somente pode ser chamado dessa forma quando superior ao do Estado B, de igual maneira, se um Estado interfere negativamente no progresso econômico de outro, isso aumenta seu poder relativo em relação ao segundo¹²³.

Maquiavel, como Kautilya, refletia que os tratados efetuados para serem cumpridos dependeriam das circunstâncias ao longo do tempo. Mas ele ia além, dizia que uma moral rígida limitava o raio de atuação política possível¹²⁴.

¹²² KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 544.

¹²³ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 553.

¹²⁴ RAO, M. V. Krishna. Studies in Kautily. 1ª ed. Munshiram Manoharial 1979, p. 81.

Mas também, Kautilya inova ao propor que o jogo de soma zero, focado na sobrevivência e expansão pode ser agregado ao jogo de “ganha-ganha” ou ao jogo em que a interação entre Estados tem uma soma variada, e que, em alguns casos, os dois podem perder, como também podem ganhar, a depender da relação e do contexto¹²⁵. Isso é reflexo do *lokasamghaha* (ordem do mundo), que busca unir o ideal com o real, gerando felicidade para o eu e para o outro.

A importância do pensamento estratégico de Kautilya se manifesta, por exemplo, ao saber escolher ou mitigar qual mecanismo de política externa utilizar, o jogo de soma zero ou o jogo de soma variável, a depender dos interesses, objetivos e conjuntura do momento¹²⁶. Ou seja, não há um elemento fixo, padronizado e imutável de política externa, tudo irá depender de qual relação entre entes políticos está se averiguando.

Kautilya se aproxima de Maquiavel na sua interpretação da fortuna e da política. Para o indiano, tudo o que não pode ser controlado ou previsto pelo homem é fortuna, e quando essa última lhe beneficia é uma boa fortuna e quando lhe prejudica é uma má fortuna. De igual modo, se uma ação humana aumenta o bem-estar de uma população isso é uma boa política se faz o efeito oposto é uma má política. É um pensamento bem pragmático e pouco complexo. Mas para a época de ambos e sobre o que sabia do mundo, é até bem compreensível. Já que, sabemos que muito da fortuna de ontem, hoje já não é mais fortuna, vide que é conhecido. Muito da complexidade sistêmica da política internacional era traduzida abstratamente pela fortuna, mas na verdade isso não era o imprevisto ou o imponderável, era a falta de conhecimento para entender uma série de relações históricas que levaram até aquele momento.

Uma questão metodológica que parece estar em Arthashastra é: o que pode ser considerado constante e o que pode ser considerado anárquico dentro da relação entre os Estados e os grupos intersocietários? Se faz parte da história, esse elemento será mutável, o que resta saber é o espaço de tempo dessa mudança; e em termos científicos até que ponto a epistemologia científica pode ir para mostrar que a anarquia na verdade é uma falta de compressão sistêmica, holista e interdisciplinar. O que é, se assim se pode dizer, que um sistema intersocietários está em ordem, equilíbrio ou não?

¹²⁵ SHAHI, Deepshikha. KAUTILYA AND NON-WESTERN IR THEORY. 1ª e.d. Cham: Macmillan, 2019, p. 52.

¹²⁶ SHAHI, Deepshikha. KAUTILYA AND NON-WESTERN IR THEORY. 1ª e.d. Cham: Macmillan, 2019, p. 121.

O poder não comporta vácuo, segundo o pensamento de Maquiavel. Algo similar parece estar também na reflexão de Kautilya em sua insistência com a importância do papel na ordem no poder. Ora, se não há como existir o poder sem ordem, mesmo que momentânea, logo o poder central, internamente, e o poder hegemônico ou de potência, geraria ordem no sistema internacional. Em tese sim, o problema é que há uma contradição em ambos, ora, se o poder político é necessariamente expansivo como acreditam ambos, essa ordem sistêmica internacional será algo no mínimo oscilante, e mais provavelmente, o “centro” do sistema não gera ordem, mas sim desordem e atritos a meia que ele se expande no sistema.

Kautilya parece ter uma visão sistêmica similar ao do posterior conceito de equilíbrio de poder, ao constatar que nenhum outro governante pode ser muito forte ou muito fraco¹²⁷. Ora, nessa fala, ele parece deixar implícito que um governante muito fraco será alvo fácil de várias possíveis investidas e ficará mais suscetível às mais diversas influências dos outros pares, o que desequilibraria o sistema e faria com que outros atores agissem para defender seus interesses ou antecipar movimentos.

De acordo com lógica teórica de Kautilya, o Estado seria o ente político centralizador e unificador de poder que levaria a um universalismo moral, que nesse mecanismo de coordenação não se restringiria a dentro e fora das fronteiras, as quais deveriam transferir seu poder ao ente central, aceitando a obrigação de obedecer que como consequência levaria um *Dharma* universal¹²⁸. Ao menos em termos teóricos, é uma tentativa de explicar ou mesmo justificar o ímpeto expansionista Estatal. Para Kautilya o equilíbrio vem com a conquista e dominação e não com o equilíbrio de poder.

Conceitos e ideias interessantes que Kautilya põem em análise são o “rei do meio” e “rei neutro”. O primeiro é uma espécie de potência regional em que o seu território não faz fronteira com o reino conquistador ou do seu inimigo, e que, obviamente, pela sua capacidade de projetar poder pode optar com quem se aliar, ou não. Já o “rei neutro” não faz contiguidade fronteiriça, tem mais poder que o conquistador e seu inimigo é o rei do meio¹²⁹.

¹²⁷ SHEIKH, Aabid Majeed; RASHID, Saima. Kautilya, the Indian Machiavelli; On War and diplomacy in Ancient India. *Journal of Humanities and Education Development (JHED)*. Vol-2, Issue-1, p. 29-36, Jan – Feb, 2020, p. 31.

¹²⁸ RAO, M. V. Krishna. *Studies in Kautily*. 1ª ed. Munshiram Manoharial 1979, p. 114.

¹²⁹ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 558.

Em uma reflexão sobre o poder, Kautilya diz que o objetivo do uso do poder é a felicidade e que poder é em última instância força. Assim, o poder é subcategorizado em três partes: (i) o poder intelectual (do bom concelho). (ii) o poder da riqueza (tesouro) e de um forte exército constituem o poder físico e (iii) os valores (moral) constituem o poder que impulsiona a ação¹³⁰.

Uma clássica questão para toda escola realista de pensamento (*lato sensu*) nas quais de uma forma ou de outra se aproximam os pensadores em análise é: o fim do poder é o próprio poder ou mais poder, ou, o poder é um meio para se buscar outro fim¹³¹? Kautilya parece estar mais alinhado a segunda hipótese, enquanto Maquiavel à primeira.

Dessa forma, o que faz Kautilya é colocar o poder ou os poderes como parte essencial da própria busca pela felicidade, o que, de fato, faz todo sentido. Em mundo hostil e de alta complexidade, por mais que se queira crer que a felicidade tem um forte componente subjetivo, e por isso interno, o que é verdade, não isola a necessidade de ser ter “poderes” para poder manejar métodos de atuação para se aproximar da felicidade. Dado que toda felicidade tem um componente objetivo e material inseparável, assim como do entrelaçamento cultural externado pela moral.

Kautilya calcula que quando dois reinos disputam a aliança de um terceiro reino, e com a aliança desse último poderia projetar sua influência e poder sobre o que não obteve a aliança. Algo como uma “independência na dependência”, que é quando o Estado projeta sua influência sobre um vizinho e/ou rival tendo o apoio ou retaguarda de um terceiro Estado mais forte.

Kautilya, assim como Maquiavel consegue unir um pragmatismo estratégico com uma ideia de não rendição a sua autonomia, ao menos em teoria, quando um Estado é invadido ou dominado por um conquistador. Caso não haja força nem aliados para uma reação, o rei deve por um lado negociar a paz, sabendo que deverá pagar o tributo (das mais variadas espécies) ao rei conquistador, mas ao mesmo tempo, já deverá planejar minar o dominador externo no longo prazo¹³². No final das contas é um pensamento bem simples, sobreviva hoje e lute amanhã, e não uma ideia fantasiosa de uma luta até o último homem pela liberdade.

Singha faz um sólido resumo da obra de Kautilya, ao dizer que ele não era um visionário, era um excepcional professor com uma mente criativa ilimitada, todavia sem uma confirmação

¹³⁰ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 559.

¹³¹ BISHT, Medha. Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 74.

¹³²KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 662.

empírica de suas teorias, mas, ao mesmo tempo com resultados esperados por uma espécie de método logico dedutivo¹³³. Interessante notar, igualmente, que ele não fez nenhuma previsão solida para o futuro do império Mauria, além das abstrações de “conquistar todo o mundo”.

CAPÍTULO 6

O ESTADO, A SOCIEDADE E A LEI

Apesar de uma metodologia bem esquemática, Kautilya tenta passar a ideia de que a maior riqueza de um país é o seu povo e seu território e a junção de ambos com o trabalho (profissões) gera a riqueza do mesmo. E com essa riqueza essa sociedade será defendida e, (talvez), expandida. A complexidade da formação estatal ao longo da história é bem mais brutal e autoritária que essa simplória logica, mas nem por isso não se deve aproveitar certos ensinamentos que ajudam a tentar construir um melhor entendimento sistema político e social.

¹³³ SIGHA, Sushil. Kautilya's views on Ethics, Politics and Seven state-craft. RESEARCH HUB – International Multidisciplinary Research Journal (RHIMRJ), Volume-7, Issue-04, April 2020, p. 3 e 4.

A ideia de propósito comum muito exaltada por várias correntes na filosofia e na ciência política também é enfatizada por ambos os intelectuais, contudo essa criação teórica encontrou pouco respaldo na prática e no estudo empírico da história. É muito intrincado achar que em sociedades complexas de grandes contingentes populacionais (mais Kautilya que Maquiavel, no caso) haja uma linha mestra que una a todos com relação as suas vontades sobre qual rumo político o poder central deva direcionar e convergir. A estatogenese e seu desenvolvimento nos mostra que essa estrutura costumeiramente foi imposta de cima para baixo, ou seja, por uma elite dominante (interna ou externa), com um alto grau de violência para a maioria da população. As ideias deveriam servir para analisar a realidade e propor alternativas e não para maquiavar as relações humanas e intersocietárias.

Drekmeier tem uma inovadora visão de que ambos os intelectuais entendiam o governante como um grande organizador, uma espécie de arquiteto social, que com sua genialidade poderia controlar o imponderável, sendo senhor do seu destino e não apenas reagindo às pressões externas¹³⁴. A História, principalmente na sua interpretação sobre Kautilya sai do eterno retorno, advindo do Hinduísmo e ganha um contorno de continuidade e desenvolvimento.

Muito perspicaz é proposta de Kautilya que, ao mesmo tempo, rejeita completamente a institucionalização da religião junto ou ao lado do Estado, e por outro entende que as bases Hindus e védicas estão intrinsicamente presentes no pensamento moral e no seu entranhamento no sistema de leis e no próprio arcabouço das políticas de Estado¹³⁵.

Não fica claro entender qual seria o papel da população do sistema político proposto por Maquiavel, apesar de querer a unificação da península italiana, suas obras são dúbias em relação à participação popular nesse processo almejado. Para Kautilya, a população deveria confiar em seu rei, desde de que ele entregasse ordem, estabilidade, justiça e prosperidade econômica, não há relatos de uma contundente participação popular nesse processo, até por que as castas limitavam muito esse papel. Tudo girava em torno da centralidade do rei, ao menos em teoria.¹³⁶

¹³⁴ DREKMEIER, Charles. *Kingship and Community in Early India*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1962, p. 290.

¹³⁵ BJÖRKMAN, James Warrler. *Kautilya, Sisyphus and Development Studies: On Policy, Administration and Well-being*. Institute of Social Studies (ISS), Hague, p. 1-14, 1991, p. 6.

¹³⁶ ARSHADNEJAD, Shahram. *A critical comparison and contrast of Machiavelli's The Prince, Kautilya's Arthashastra and Han Fei Tzu's basic writings on the advice regarding "good government"*. 2018. 10f. Senior Thesis - School of Social Science, Policy, and Evaluation, Department of Politics and Government, Claremont Graduate University, Claremont, p.3.

Outra reflexão que abarca ambos é que suas perspectivas de Estado e poder político são daqueles que governam e não daqueles que são governados¹³⁷. Em poucas palavras, o objetivo era botar a máquina de governo para funcionar ao passo que gerasse integração e solidariedade.

Já Rao, interpreta como uma grande contribuição de Kautilya a outorga de uma espécie de irmandade ariana ou mesmo uma cidadania para qualquer homem livre, independente de sua origem, em que esse status seria um privilégio cultural e não racial¹³⁸. Algo como uma igualdade por lei.

A forma de governo recomendada por Kautilya era a *Shachivatantra*, isto é, o governo deveria ser formado por aristocratas intelectuais (*bhamares*), muito similar à ideia de Platão do governo composto por filósofos¹³⁹.

Parece haver de fato, uma inclinação mais individualista de Maquiavel com relação ao papel do cidadão ou do indivíduo em relação ao poder central ou ao rei. No sentido de que o rei não era alguém ou uma instituição sagrada a ponto de não ser questionado. Além do direito de rebelião contra governantes tiranos¹⁴⁰.

O entendimento de ordem por Kautilya não é necessariamente um denominador comum entre os vários interesses sociais, mas sim, internalizar normas e ter uma sinergia de regras tanto a nível individual quanto coletivo¹⁴¹.

Segundo o entendimento agencial de Kautilya, assim como o de Maquiavel, a história é construída através da inteligência humana.

A divisão do Estado proposta por Kautilya era baseada em uma racionalidade geográfica com propósito de defesa e de administração do sistema judiciário. Mas, talvez, essa profunda ramificação de vilas, era na verdade resultado de uma divisão de poder intrínseca com as elites locais e regionais, afinal, o poder é uma troca, em outros termos, nada vem de graça, por maior que seja sua força militar, a força militar passa a ser apenas mais um fator de interação.

¹³⁷ RAO, M. V. Krishna. *Studies in Kautily*. 1ª ed. Munshiram Manoharial 1979, p. 11.

¹³⁸ RAO, M. V. Krishna. *Studies in Kautily*. 1ª ed. Munshiram Manoharial 1979, p. 161.

¹³⁹ RAO, M. V. Krishna. *Studies in Kautily*. 1ª ed. Munshiram Manoharial 1979, p. 94.

¹⁴⁰ ARSHADNEJAD, Shahram. A critical comparison and contrast of Machiavelli's *The Prince*, Kautilya's *Arthashastra* and Han Fei Tzu's basic writings on the advice regarding "good government". 2018. 10f. Senior Thesis - School of Social Science, Policy, and Evaluation, Department of Politics and Government, Claremont Graduate University, Claremont, p.10.

¹⁴¹ BISHT, Medha. *Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy*. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 29.

Arthashastra se determina como um sistema político a um só tempo monista pluralista de fundamentação Hindu¹⁴².

Novamente, da mesma forma que Maquiavel, Kautilya tem um pensamento exacerbadamente agencial, no sentido de colocar muito das decisões de Estado como se fosse algo inerente e exclusivo de decisão do rei¹⁴³. Fora do mundo teórico, as decisões de Estado sofrem fortes influências e pressões das elites que governam ao lado do soberano. O rei “sábio e virtuoso” não tem toda essa margem de manobra como relatam ambos os intelectuais.

Os graus administrativos do Império Mauria podem assim ser entendidos de 3 maneiras, visto que um controle mais incisivo sobre um vasto território era impossível. Primeiro a área central do império, na região da bacia do Ganges, era de forte histórico de centralização do poder, onde se estabelecia o poder real. A segunda área era relativa a áreas conquistadas no noroeste do subcontinente indiano, área com grande potencial de comércio e de defesa, devido às suas rotas. Nessas áreas era necessária uma composição com as elites locais devido à volatilidade e incertezas da região. A última região era as áreas de fronteiras ou tampões, em que o Estado buscava deslocar agricultores para ocupar e produzir no local, gerando receita, proteção e pontos de possível expansão¹⁴⁴.

Diferentemente do que acredita Mohammad Hadi Mofatteh, a autoridade não pode ser imposta sem se considerar os meios empregados para esse exercício, tendo em vista o longo prazo¹⁴⁵. O poder não é apenas força e imposição e muito menos uma via de mão única.

Para Kautilya o Estado é constituído de sete elementos (teoria *saptanga*): o rei ou líder político (*swami*), conselheiros (*amatya*), território e população (*janapada*), forte (*durg*), exercito (*panda*), tesouro (*kosa*), aliado (*mitra*)¹⁴⁶.

¹⁴² RAO, M. V. Krishna. *Studies in Kautily*. 1ª ed. Munshiram Manoharial 1979, p. 11.

¹⁴³ SHAHI, Deepshikha. *KAUTILYA AND NON-WESTERN IR THEORY*. 1ª e.d. Cham: Macmillan, 2019, p. 85.

¹⁴⁴ AVARI, Burjor. *INDIA: THE ANCIENT PAST, A History of the Indian-Subcontinent from 7000 BC to AD 1200*. 1ª.ed. New York: Routledge, 2007, p. 119.

¹⁴⁵ MOFATTEH, Mohammad Hadi. *Ethics in Politics; a Comparison between Machiavelli, Qur'an and Ali*. *African Journal of Environmental Assessment and Management*, Ghana, Volume 21, Issue, 7 Year,p. 1-14, 2016, p. 8.

¹⁴⁶ BISHT, Medha. *Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy*. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 26.

Os objetivos do Estado para Kautilya eram: (i) *rakshana* (defesa), (ii) *palana* (lei e ordem), (iii) *yogakshema* (bem-estar da população), (iv) técnicas de Estado/governança (6 métodos de política externa) com intuito de facilitar e aumentar a capacidade e os objetivos¹⁴⁷.

Havia típico conteúdo centralizador e controlador do Estado, em especial a de um império com as dimensões dos Mauria. Ao mesmo tempo que, aparentemente, parece haver um conteúdo mais coletivo em sua fala de divisão equânime das riquezas, não fica claro o quão equânime seria essa divisão, pois em uma sociedade de castas, estritamente hierarquizada, com um forte viés moral religioso como balizador, somado a um corpo burocrático que detinha pagamentos muito desiguais, fica difícil esclarecer se esse elemento é algo novo, com uma maior base de justiça social, ou apenas um balizador de confirmação dos privilégios das elites¹⁴⁸.

O rei é para o reino o que a cabeça é para o corpo, parece Hobbes, mas com 1800 anos de antecedência¹⁴⁹.

Maquiavel, mesmo defendendo em o *Príncipe*, as virtudes, qualidades e benefícios de um rei para o seu sistema político teórico e ao mesmo tempo panfletário para os seus objetivos pessoais, ele não se furta de admitir que as pessoas, via de regra, são mais prudentes, estáveis e com melhor censo de discernimento que o rei. Contrário censo, Kautilya construiu uma figura real com traços de santidade, com pouca margem de interação e troca com a população, no máximo com seus conselheiros e a elite mais próxima.

Assim como outros estrategos/conselheiros de reis, Kautilya tem o habito de comparar as ações e intenções dos Estados ao de pessoas, como se fossem entes intercambiáveis na análise. Bem, o soberano pode até proferir sua decisão ou ordem, mas ela, dificilmente, virá de sua única e exclusiva vontade, até por que, o próprio soberano não está sentado no trono apenas por seus méritos ou sorte, como quer nos fazer crer esses tipos de autores. As elites locais o permitiram ali estar, e ele, em troca, terá que realizar ou entregar algo que esse seletivo grupo deseje. O soberano virtuoso, altivo e sagaz, como disse Maquiavel, não passa de mito, de uma retórica teórica.

¹⁴⁷ BISHT, Medha. Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy. 1 ed. New York: Routledge, 2020, p. 162, 163.

¹⁴⁸ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 110.

¹⁴⁹ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 123.

É uma espécie de retórica tão individualista, que isola o “rosto” do poder de toda uma miríade de interferências que se abatem sobre ele, sobre suas elites e sobre a população em geral que, conscientemente ou não, o influencia a tomar certas decisões.

Kautilya considerava o mal aconselhamento de seus estrategistas e ministros tão prejudicial quanto a deterioração moral ou a falta de recursos físicos. Os aconselhamentos deveriam vir de informações, estudos, estatísticas e avaliação de cenários¹⁵⁰. Ou seja, Kautilya admite que o soberano precisa de uma equipe para governar, por maior que seja suas virtudes.

Outra forma de detectar a importância que o pensador indiano dava a agência em sua análise era quando ele refletia que sem um líder a população ficava sem referência, e por isso, era mais facilmente dominada por inimigos internos e não tinha força de coordenação de defesa interna¹⁵¹. De toda forma é um ponto a ser debatido, até que ponto um país, Estado ou sociedade é mais ou menos dependente de seus líderes?

A formação das castas veio quando as sociedades agricultoras se expandiram pelo subcontinente indiano por volta de 1000 A.C e a classe guerreira passou controlar a sociedade védica. Antes de Kautilya, durante o período clássico, pré era Ariana, os brahmares dividiram a sociedade em varas, isto é, a divisão hierarquizada da sociedade¹⁵².

Arthashastra segue a linha ideológica dos *Shastras*, ou seja, é um “livro guia” com um viés normativo e religioso, e acima de tudo, teórico. A administração do monopólio centralizado da violência exercida pelo rei era, também, reflexo e meio utilizado das elites para controle populacional¹⁵³.

Talvez, essa ideia tão latente em relação a organização, enquadramento e ordem da sociedade, chegando ao limite das castas, fosse, além de uma influência clara do Hinduísmo e seu cosmos organizado refletido na sociedade, um imperativo devido ao grande contingente populacional.

¹⁵⁰ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 195.

¹⁵¹ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 160.

¹⁵² ARSHADNEJAD, Shahram. A critical comparison and contrast of Machiavelli's *The Prince*, Kautilya's *Arthashastra* and Han Fei Tzu's basic writings on the advice regarding “good government”. 2018. 10f. Senior Thesis - School of Social Science, Policy, and Evaluation, Department of Politics and Government, Claremont Graduate University, Claremont, p. 4 e 5.

¹⁵³ ARSHADNEJAD, Shahram. A critical comparison and contrast of Machiavelli's *The Prince*, Kautilya's *Arthashastra* and Han Fei Tzu's basic writings on the advice regarding “good government”. 2018. 10f. Senior Thesis - School of Social Science, Policy, and Evaluation, Department of Politics and Government, Claremont Graduate University, Claremont, p. 5 e 6.

A divisão básica da sociedade em que Kautilya vivia era a dos Arias e suas 4 divisões (*varnas*), sendo *Brahmin* (nobreza e grupo religioso) no topo e depois na sequência hierárquica: *Kshatriya* (classe guerreira), *Vaishya* (comerciantes) e *Sudra* (agricultores, artesãos etc); e dos não *Aryas*. Com essa divisão, de partida, não é difícil imaginar que a aplicação da lei se dava de modo diferenciado de acordo com o grau de sua casta¹⁵⁴.

Havia escravidão na Índia? Muito provavelmente sim, as matizes de escravidão eram variadas. Mas em linhas gerais, um sujeito sem ou quase nenhum direito, que não recebe algo em troca pelo seu trabalho e que é considerado alguém inferior socialmente são características fundamentais desse fenômeno, que, diga-se de passagem, infelizmente, ao longo da história das sociedades humanas, era algo habitual¹⁵⁵.

Kautilya parece chegar ao entendimento, que para muitos pensadores europeus só viria a ser formulado nos embriões dos Estados modernos Europeus a partir do século XI D.C, de que mercado e Estado não são elementos antagônicos, mas que a possibilidade do estabelecimento de algum nível de mercado somente é possível através do Estado ou de qualquer instituição política que garanta a segurança das rotas de comércio, da população e que construa uma infraestrutura mínima que possibilite algum fluxo de comerciantes e, assim, de trocas. Bem como que controle os inevitáveis monopólios e preços abusivos que o ente “mercado” é capaz, caso não seja regulado.

Certos padrões na estrutura de poder do Estado são interessantes, mesmo com uma diferença temporal considerável entre os pensadores, por exemplo, os privilégios que templos indianos tinham com relação a tributação, propriedade, ativos e julgamento pelo sistema judiciário mostram o entrelaçamento “desde de sempre” entre religião e Estado ou entre ideologia e religião, afinal, a própria diferença entre ideologia e religião é de difícil separação/conceituação¹⁵⁶.

Apesar dos anacronismos e confusões interpretativas, o conceito de bem-estar social é uma constante em toda obra do pensador indiano. As ramificações desse conceito abrangem ordem social, crescimento econômico, proteção dos mais vulneráveis, proteção dos consumidores e até mesmo proteção dos animais, prisioneiros e escravos. O que não quer dizer

¹⁵⁴ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 46.

¹⁵⁵ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 446

¹⁵⁶ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 54.

que essa perspectiva de atuação estatal possa ser confundida com um Estado de bem-estar social, como querem fazer crer muitas interpretações anacrônicas e eurocêntricas¹⁵⁷.

Kangle tem uma interpretação de Kautilya similar à de Locke, ao apostar que a principal função do Estado era garantir a segurança da sociedade¹⁵⁸.

Importante salientar que, ao menos em teoria, segundo *Arthashastra*, o Estado era responsável pela segurança dos bens dos cidadãos, e não o fazendo de forma satisfatória tinha o dever (legal) de restituir as perdas da população. Bem como zelar pela proteção e integridade dos prisioneiros e pela saúde e bem-estar dos animais¹⁵⁹.

A importância e proteção da propriedade privada, dada por Kautilya é exemplificada no seu relato de que ao ter uma propriedade roubada e o Estado sendo incapaz de recuperá-la, necessariamente o poder central deve indenizar a vítima através do tesouro. Aonde o Estado não conseguia garantir a segurança as taxas de juros eram maiores, daí, uma das indesejáveis ligações entre Estado e mercado.

Kautilya teria uma visão de um Estado que atuasse de forma direta a garantir a segurança interna e a justiça¹⁶⁰, sendo, aliás, uma das principais funções ou razões de existir do Estado, garantir a integridade física de uma dada população sobre sua jurisdição. A máquina burocrática e tributária do Estado não faria sentido se esse elemento básico não fosse buscado e efetivado.

De maneira mais pragmática e não tão teoricamente idealizada por Kautilya, parece que o rei ou as elites tentavam organizar a vida política da sociedade de forma a torná-la com um grau mínimo de ordem, e não exatamente, proteger os mais fracos.

A aplicação das penas levava em consideração: a pessoa sentenciada, os motivos, a ofensa, a gravidade, o tempo, o lugar e as consequências, assim como, o interesse do rei e do acusado¹⁶¹. A cultura das castas era o balizador primeiro de como a mão repressiva do Estado atuaria, ou melhor, do tamanho e da força do seu alcance. Todo arcabouço ideológico da justiça fundamentado através de preceitos morais/religiosos eram extremamente moveis (como até

¹⁵⁷ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 89

¹⁵⁸ KANGLE, R.P. , The Kautilya Arthashastra, Vol. II, Delhi: Motilal Banarsidass Publishers, 1992, p. 232

¹⁵⁹ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 95, 96.

¹⁶⁰ SIHAG Balbir S., Kautilya and Machiavelli on Justice, Prosperity and National Security. Theoretical Economics Letters, 7, p. 381-397, 2017, p. 390, 391.

¹⁶¹ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 114.

hoje são). Chegando ao ponto de os brahmares não precisarem jurar dizer a verdade em um julgamento.

Na hipótese de uma rebelião, segundo Kautilya, o rei nunca deve usar a força contra a população na tentativa de controlá-la, pois os resultados advindos dessa ação de força são imprevisíveis, contudo, ele afirma, os líderes da rebelião podem e devem ser severamente punidos, mas de forma secreta¹⁶².

Nota-se a via de mão dupla do poder, Kautilya diz que é necessário pagar altos salários a governadores de fronteiras e províncias para evitar a tentação de independência desses territórios¹⁶³. Isto significa que, por maior que seja sua riqueza e força, a sempre um componente de troca, mesmo na dominação.

Em um razoável espaço de tempo é inviável a manutenção do poder apenas pela força e coerção, há de se entregar algo em troca. A questão é que via de regra esse “jogo de troca” é desigual e seu maior beneficiário são as elites que a cancelam. Quem paga os tributos se submete ao comando central/imperial, mas ao mesmo tempo domina, lucra e acumula riqueza do território e da população local ou regional.

Um fator objetivo que se deve levar em consideração é o contingente populacional de sociedade em análise. Pois, muito provavelmente, isso ditará muito de como será a complexidade da ordem do poder político central. DAS diz que, o propósito do Estado é regular a complexidade da ordem e não impor a ordem doméstica¹⁶⁴. Impérios e Estados espacialmente extensos e com grande contingente populacional ditarão o norte da ordem a ser seguida, ao mesmo passo que terão que ceder em alguns aspectos específicos para cada setor social de forma a coordenar interesses.

Uma antiga tática que ficou conhecida por ser utilizada por generais romanos, dividir para reinar, parece não ter sido uma exclusividade ou muito menos uma invenção dos romanos. Pois Kautilya recomendava que se distribuíssem os inimigos conquistados ou os opositores internos para diferentes e longínquas regiões, de tal maneira que eles não pudessem mais se unir e ameaçar o rei¹⁶⁵.

¹⁶² KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 166.

¹⁶³ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 210.

¹⁶⁴ DAS, Gurcharan. India Grows at Night: The Liberal Case for a Strong State, New Delhi: Penguin Books, 2013, p.56.

¹⁶⁵ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 660.

Kautilya tinha a ideia de que servidores públicos, caso não fossem controlados, tenderiam a assaltar o Estado e ganhar dinheiro de forma fraudulenta se utilizando de suas funções; por isso, defendia que os bons servidores deveriam ser premiados. Os cargos de chefia não deveriam ser fixos e deveriam ter alta rotatividade¹⁶⁶.

Apesar de muito incipiente, os trabalhadores indianos livres tinham alguns direitos, como por exemplo: o de não trabalharem doentes ou o de não serem obrigados a realizar a atividade além do contratado¹⁶⁷.

O nível de detalhamento e controle de vários indicadores sociais, econômicos e políticos através de uma ampla base de dados demonstra o nível de complexidade da máquina pública proposto por Kautilya¹⁶⁸. Inclusive sobre os preços do comércio e dos produtos agrícolas, com dois objetivos em mente, o primeiro assegurar a gestão da segurança alimentar de todo império, manejando - transferindo ou distribuindo alimentos em caso das mais diversas necessidades- e segundo, evitar distorções e preços abusivos, e assim inflação, para a massa da população.

Havia uma preocupação, em *Arthashastra*, com proteção e uso racional dos recursos naturais, incluindo aí, um cuidado especial com a integridade dos animais, tanto domésticos como selvagens.

O Estado, em *Arthashastra*, tinha preferência no recebimento de crédito em caso de falência do devedor sobre qualquer outro credor.

Encontram-se em *Arthashastra* leis e regras muito similares as dos códigos civis ocidentais atualmente, como a que ninguém pode interferir em assuntos privados, mas tem o dever de ajuda-lo em caso de necessidade¹⁶⁹.

Apesar a imagem corriqueira que a maioria dos ocidentais tem de Índia suja, pouco propensa a medidas sanitárias – sejam elas públicas ou privadas- as leis que regulavam a limpeza das ruas, reservatórios e propriedades já eram utilizadas, inclusive com multas em caso do seu descumprimento.

¹⁶⁶ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 282, 283.

¹⁶⁷ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 452.

¹⁶⁸ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 220, 222.

¹⁶⁹ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 371.

CAPÍTULO 7

ECONOMIA POLÍTICA

Há variações com relação a interpretação a ser feita sobre o rei em *Arthashastra* era de um ente autoritário e centralizador que governava de forma simultânea com as elites brahmares ou, em uma visão mais europeia e ocidental (anacrônica), esse mesmo rei era embasado por espécie de contrato social em que seus súditos lhe entregavam os impostos fruto do seu trabalho e energia para serem administrados pela burocracia estatal, de maneira bem complexa é verdade, e em retorno, se teria um amplo bem estar social¹⁷⁰. Em qualquer perspectiva que se adote, uma coisa é certa, a complexidade e detalhamento de economia política na obra de Kautilya é bem superior aos seus pares ocidentais à época e depois, inclusive Maquiavel.

¹⁷⁰ TISDELL, Clem. A Western Perspective on Kautilya's 'Arthashastra': Does it Provide a Basis for Economic Science. *Economic Theory, Applications and Issues*. Brisbane, working paper no.18, p. 1-13, 2003, p. 4 e 6.

Uma condição não agencial há muito notada pelo geopolíticos, que ajuda a definir como será um Estado e qual sua relação com seus pares mais próximos, também foi salientada por Kautilya, a população e o território. Condições como terras aráveis, água, matérias naturais sensíveis como metais e afins, rota de conexão e comércio com outros povos facilitada, saída para o mar e etc, nada disso é passível de escolha, mesmo nos dias atuais.

De fato, o que impressiona na obra de Kautilya é sua visão holista, complexa e de interdependência da economia política. Por exemplo, a importância da agricultura para a segurança alimentar do país e para a arrecadação de imposto, a importância de gerar saldo positivo na balança comercial e de pagamentos (bem antes dos mercantilistas), a importância da indústria para a produção de bens e equipamentos necessários para a segurança do Estado, e o controle incisivo do comércio e do mercado, não permitindo distorções de juros e lucros, controlando os preços e estoques¹⁷¹. Ao passo que ele admitia em certas ocasiões os ganhos mútuos entre as trocas comerciais entre os países, podendo gerar benefícios mútuos, ou seja, havia uma visão estratégica de ganhos e não apenas econômica.

Há muitas interpretações anacrônicas e comparações pouco factíveis, mas, ao menos em teoria, para o reino, havia um grau de proteção social, custeada pelo Estado, que abarcava os desvalidos, as crianças, os idosos, órfãos. Muitos autores chegam a classificar o império Mauria como um império de bem-estar social¹⁷². Para além do anacronismo habitual de colocar um modelo europeu no centro, como objeto a ser comparado, os mecanismos de proteção não eram iguais aos dos Estados de bem-estar social típicos do pós guerra, por exemplo, não havia cuidado pré-estabelecidos para saúde e educação.

Sim, no império Mauria, ao menos em tese, havia um forte sistema de proteção social para com desvalidos, crianças, idosos, viúvas e deficientes, mas o Estado de bem-estar social fundado no pós segunda guerra mundial tinha um arcabouço institucional e atuação bem distintos, os serviços de saúde, educação, por exemplo, cargo chefe desse arcabouço de política pública, eram providos pelo Estado. Somado um projeto de reconstrução de uma Europa em frangalhos. Sim, pode-se buscar semelhanças práticas entre uma economia política desenvolvimentista ou um Estado de bem-estar social ou até um mercantilismo, mesmo que de

¹⁷¹ TISDELL, Clem. A Western Perspective on Kautilya's 'Arthashastra': Does it Provide a Basis for Economic Science. Economic Theory, Applications and Issues. Brisbane, working paper no.18, p. 1-13, 2003, p. 7 e 9.

¹⁷² KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 182.

maneira muito frágil e pouco empírica, mas a comparação deve acontecer desses elementos com Arthashastra e não o oposto.

O cuidado latente de Kautilya com o bem-estar da população e vasta e complexa rede burocrática, acabou propiciando análises anacrônicas e pouco embasadas de que o reino Mauria era uma “Monarquia socializada”¹⁷³.

O bem-estar não é uma mera matéria de poder, mas de como os fins e meios desse poder são exercidos¹⁷⁴.

Apesar do discurso de promoção e proteção do bem-estar da população, a própria distribuição de riqueza via salário a sua máquina burocrática era muito desigual, sendo a proporção do menor para o maior salário de 800 para 1. Ao passo que, em momento de dificuldade financeira e econômica, o rei pedia doação de recursos dos mais abastados, para que, com esses recursos pudesse cumprir ações estratégicas ou emergenciais¹⁷⁵.

O equivalente ao prefeito dos dias atuais, detinha um fino controle estatístico da população das cidades com múltiplos propósitos, desde de sua tributação, até o controle da lei, ordem e segurança pública dos centros urbanos¹⁷⁶.

No império Mauria, o poder central controlava os preços dos produtos e dos leilões, mormente os agrícolas e commodities. Esse era um mecanismo comum de regulação do mercado, que na prática, em maior ou menor medida, nunca deixou de ser exercido¹⁷⁷.

Havia uma direta correlação entre o salário e o custo de vida, em que com o salário mínimo era possível obter 4 refeições de um homem médio na casta Aria. O nível de sofisticação, mesmo que teórico, revela um Estado e uma burocracia estatal que busca mensurar muitos indicadores econômicos¹⁷⁸.

Diametralmente oposto a Adam Smith e, mesmo a Ricardo, Kautilya reivindicava que o Estado deveria operar uma economia diversificada e não de vantagens absolutas ou

¹⁷³ BOESCHE, Roger. Moderate Machiavelli? Contrasting The Prince with the Arthashastra of Kautilya. *A Journal of Philosophy and Social Theory*. Volume 3, issue 2, p. 253-276, 2015, p. 259.

¹⁷⁴ BJÖRKMAN, James Warrler. Kautilya, Sisyphus and Development Studies: On Policy, Administration and Well-being. Institute of Social Studies (ISS), Hague, p. 1-14, 1991, p. 10.

¹⁷⁵ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 56, 57.

¹⁷⁶ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 57.

¹⁷⁷ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 75.

¹⁷⁸ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 110.

comparativas¹⁷⁹. A história parece revelar que o senso estratégico do indiano parece estar mais apurado que dos bretões.

Imperativo notar que Kautilya parece ter identificado que as fontes do crescimento econômico são: terra, trabalho e capital, e que, e que a divisão do trabalho como método de produção já era empregada em seu tempo¹⁸⁰.

Outra concepção econômica intrigante é que, ao que parece, não houve novidade alguma no mercantilismo europeu dos séculos XIV, XV e XVI D.C, pois a máxima das relações comerciais internacionais de gerar lucros e diminuir perdas na balança comercial já estava em Kautilya. Assim como concessões comerciais e de infraestrutura para o setor privado, em que o Estado era compensado por isso. O império Mauria controlava os recursos naturais e pontos geográficos sensíveis como água, portos, vias terrestres, terras aráveis etc, sendo seu período de concessão variável de acordo com a força das elites à época. Sendo as elites brahmares, as mais privilegiadas, seja com isenções ou diminuição de impostos, ou na concessão de melhores terra e ativos¹⁸¹.

As práticas protecionistas só eram mitigadas, quando o comércio externo poderia alcançar vantagens políticas e estratégicas em determinadas transações.

Um parêntese curioso a ser observado é que a estratégia utilizada em muitos momentos da história, inclusive no período da ditadura militar no Brasil, já fora abordada por Kautilya quando ele recomenda o estabelecimento de novas colônias agrícolas em áreas não habitadas não apenas com intuito de gerar receita para o Estado, mas para facilitar a defesa do território em possíveis hostilidades¹⁸².

O nível de coordenação do império Mauria tanto na produção quanto na distribuição, eram impressionantes: os agricultores não podiam vender suas produções em suas terras ou em qualquer outro lugar, deveriam trazê-las para uma espécie de mercado central, onde os servidores públicos controlariam a distribuição e preço para a população¹⁸³.

¹⁷⁹ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 74.

¹⁸⁰ SIHAG, Balbir S. Kautilya's Arthashastra: A Recognizable Source of the Wealth of Nations. Theoretical Economics Letters, 6, p. 59-67, 2016, p. 61.

¹⁸¹ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 75, 76, 77.

¹⁸² KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 79.

¹⁸³ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 82.

Mais uma vez, um típico pensamento de economia política internacional é demonstrado por Kautilya quando diz que para se conquistar novos territórios necessita-se de tesouro (riqueza econômica) e forças armadas, e que, daí a importância singular da mineração, pois além da produção metálica estrito senso, ainda era matéria prima para a manufatura necessária nos equipamentos das forças armadas, além de um amplo controle sobre as manufaturas estratégicas para expansão comercial e militar externa e o controle social interno das classes sociais que as produziam¹⁸⁴.

Poder e riqueza, ou seja, economia política eram indissociáveis para Kautilya, pois só se poderia pagar os soldados e manufatura das armas com as receitas advindas dos impostos, que por sua vez era dependente da renda da população, que é dependente do crescimento e dinamismo da atividade econômica, assim Kautilya defendia um Estado interventor, estimulador e investidor das políticas econômicas de forma a alimentar toda essa cadeia.

A prosperidade econômica e o bem estar material de uma sociedade está umbilicalmente ligado com uma efetiva estratégia de defesa, desta forma, Kautilya integrava a defesa das riquezas e dos mecanismos de produção ao mesmo tempo estimulava o desenvolvimento econômico com uma visão interligada com a política externa, ou seja, o poder e a riqueza eram retroalimentados, havia uma dependência mútua, que em caso de sucesso poderia gerar maior bem estar material, mesmo que em níveis diferentes a depender do extrato social a que se pertencia.

Digno de nota a preocupação de produzir os materiais necessários para cada tipo de exército. Era dada importância a autossuficiência de recursos e produção dos meios materiais que iriam munir as forças.

Além de, como já dito, as fontes de riqueza econômica terem sua fonte no campo ou (em certa análise) na própria natureza, a atividade econômica deveria produzir uma variedade de commodities que desse aval, com isso, a um alto recolhimento de imposto e construção e manutenção de um vasto exército¹⁸⁵. Apesar de ser extremamente esquemático e buscar uma lógica quase que silogística, o pensamento de Kautilya tem fundamentos estratégicos consolidados.

¹⁸⁴ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 84, 85.

¹⁸⁵ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 120.

A agricultura era a base econômica produtiva do Império Mauria, assim como a ponte integracional política entre as vilas e regiões com o poder central do império e das cidades¹⁸⁶. Sendo as terras mais férteis e prosperas de propriedade do Estado ou arrendada ou cedida a determinadas elites.

O nível de detalhamento proposto por Kautilya na gestão da agricultura é realmente impressionante, por exemplo, mensuração das chuvas e de toda meteorologia, astronomia, tipos, interação e desenvolvimento de plantações, tratamento de sementes, adubo e colheita. Agregado a um pensamento de produção agrícola ecologicamente sustentável, tanto para produtores quanto consumidores.

Porque o campo é fonte principal de riqueza e poder de um Estado? Primordialmente, por que em ambas as quadras históricas dos dois pensadores, esse lócus geográfico possuía os números ao seu favor, tanto de possibilidades produtivas quanto de pessoas.

Kautilya formula todo um plano de combate à fome em caso de calamidades públicas coordenado esforços públicos e privados, distribuição de sementes, estoques de comida e mesmo programas de obras públicas em troca de comida. Ao que parece, a máxima keynesiana de pagar um desempregado para abrir um buraco e pagá-lo para fechar o mesmo buraco já era uma ideia de política e desenvolvimento econômico um pouco mais antiga.

A ideia de um Estado empreendedor agregado à iniciativa privada regulada e uma vasta e sofisticada burocracia era a tônica do império Mauria¹⁸⁷. Ao que parece, esse modelo de desenvolvimento e de Estado passa longe de ser uma “invenção”, novidade ou exclusividade europeia.

Drekmeier afirma o vale do Ganges no século VII A.C foi o local do nascimento do capitalismo¹⁸⁸.

Correntes de economia política desenvolvimentistas e keynesianas (genericamente) tem consideráveis semelhanças como o pensamento de Kautilya, já que o último estimulava a interação entre setor público e privado, afirmando que o setor privado dependia de um forte

¹⁸⁶ AVARI, Burjor. INDIA: THE ANCIENT PAST, A History of the Indian-Subcontinent from 7000 BC to AD 1200. 1ª.ed. New York: Routledge, 2007, p. 115, 116.

¹⁸⁷ AVARI, Burjor. INDIA: THE ANCIENT PAST, A History of the Indian-Subcontinent from 7000 BC to AD 1200. 1ª.ed. New York: Routledge, 2007, p. 120.

¹⁸⁸ DREKMEIER, Charles. Kingship and Community in Early India. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1962, p. 105.

estímulo e suporte do setor público, sendo papel do setor público (rei) a coordenação estratégica de todo setor produtivo¹⁸⁹.

Do ponto de vista econômico Shiag faz uma análise muito precisa de Kautilya quando diz que ele demonstra a interação política e econômica necessária entre lei, ordem e proteção da propriedade privada¹⁹⁰, como requisitos para a formação bruta de capital e o próprio conhecimento e seu desenvolvimento. Adicionado a isso, segundo ele, boas gestões governamentais aumentam suas taxas de retorno com os impostos, uma eficiente máquina burocrática e a redução do risco do investimento privado.

A visão ampla e integracional do indiano abarcava até a conservação de recursos naturais de forma que a produção advinda desses recursos pudesse perdurar no tempo

Kautilya chega até a esboçar um plano de demarcação das florestas para que elas se tornassem produtivas de acordo com suas especificidades¹⁹¹.

É notório que toda dinâmica legal, fiscal e tributária estava voltada para a produção econômica e geração de riqueza. Por exemplo, terras aráveis deveriam ser concedidas aos pagadores de impostos no seu tempo de vida e depois retornadas ao Estado. Terras de difícil produtividade não deveriam ser tiradas daqueles que tentassem gerar riqueza dela. E terras distribuídas para aqueles que não a produziram deveriam ser confiscadas¹⁹².

Fica evidente o nível de direcionamento da propriedade e dos recursos naturais para um viés público, onde havia concessão e beneficiamento para certos setores das elites reais e locais, mas eles teriam que, além de ter um viés produtivo – de geração de riqueza, transformação do recurso natural e produção-, dividir essa geração com o todo social, seja via impostos ou na distribuição de parte do que foi produzido. Adiciona-se a isso uma interessante escala de quanto maior a complexidade do trabalho executado, maior seria o pagamento de tributos e também o forte protecionismo contra produtos importados, sendo demonstrado pela maior tributação, barreiras de entrada e direcionamento desses produtos no território. Um certo grau de protecionismo só poderia ser diminuído em casos de movimento estratégicos econômicos ou

¹⁸⁹ TISDELL, Clem. A Western Perspective on Kautilya's 'Arthashastra': Does it Provide a Basis for Economic Science. *Economic Theory, Applications and Issues*. Brisbane, working paper no.18, p. 1-13, p. 11 e 12.

¹⁹⁰ SIHAG, Balbir S. Kautilya on Public Goods and Taxation, *History of Political Economy*, Duke University Press, v.37, issue 4, p. 724-753, 2005, p. 726.

¹⁹¹ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 182

¹⁹² KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 179.

políticos que justificassem a desvantagem na balança comercial entre o império e o país com o qual se negocia¹⁹³.

É verdade que o Estado, em muitas ocasiões tentava controlar a margem de lucro dos comerciantes no império Mauria, contudo, também é verdade que o controle do mercado beneficiava os comerciantes em alguns casos, como nos de super oferta de commodities, onde o Estado ajudava a manter o preço estável das mercadorias estocando-as¹⁹⁴.

O Estado, à época de Kautilya, não apenas controlava o comércio dos entes privados, mas realizava diretamente a maioria das transações comerciais, com o objetivo claro de, assim, aumentar as receitas. O controle tributário de todos os bens comerciáveis era realizado nos portões das cidades fortificadas, pouco importando se os bens vinham do campo ou de outro comerciante estrangeiro, assim como os bens produzidos na cidade e que iriam ser vendidos fora dela. Nenhuma espécie de lucro era permitida, caso causasse dano ao público. Sendo que as margens de lucro permitida eram bem reduzidas.

Arthashastra vai desmontado conceitos e “invenções” que eram tidas como ocidentais e/ou modernas, como que o Estado deveria considerar a capacidade de cada indivíduo ou setor produtivo diante da tributação e importância do senso para munir a burocracia estatal de dados e informações para gerir de forma efetiva e cumprir objetivos propostos¹⁹⁵.

Kautilya também advogava por uma tributação progressiva de renda, já que uma tributação de montante fixo causaria grande injustiça social e assim bloquear os benefícios da diminuição do risco privado¹⁹⁶. Mais uma vez tem-se o olhar consequencialista pensando no resultado a ser gerado e nos benefícios materiais ao lado de afirmações morais de justiça.

A propriedade privada era uma realidade, mesmo em menor escala, e sua compra, venda e hipoteca eram reguladas por lei¹⁹⁷.

Apesar de as fontes de receitas do Estado não estarem claras em *Arthashastra*, interpreta-se que a principal fonte de arrecadação vinha dos impostos e as multas tinham o papel

¹⁹³ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 231, 232, 234, 236 e 238.

¹⁹⁴ KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 237.

¹⁹⁵ TISDELL, Clem. A Western Perspective on Kautilya's 'Arthashastra': Does it Provide a Basis for Economic Science. Economic Theory, Applications and Issues. Brisbane, working paper no.18, p. 1-13, p. 1-13, p. 13.

¹⁹⁶ SIHAG, Balbir S. Kautilya on Public Goods and Taxation, *History of Political Economy*, Duke University Press, v.37, issue 4, p. 724-753, 2005, p. 740, 741 e 744.

¹⁹⁷ AVARI, Burjor. INDIA: THE ANCIENT PAST, A History of the Indian-Subcontinent from 7000 BC to AD 1200. 1ª.ed. New York: Routledge, 2007, p. 117.

de evitar perdas, em outros termos, quando o Estado estava com dificuldades arrecadatórias o Estado usava essa “fonte” de receita não somente para seu objetivo habitual que era manter ordem e cumprir a lei, e sim como uma máquina arrecadatória excepcional¹⁹⁸.

O princípio da cooperação é externalizado pelos vários tipos de guildas que existiam na Índia antiga, tais quais, comerciantes, agricultores, artesãos. Configurando um cenário bem pluralístico.

Ao que tudo indica todo o mecanismo de uma espécie de seguro social que era realizado pelas guildas europeias pela idade média não era uma ferramenta inovadora, pois, já era praticado nos tempos de Kautilya. Por exemplo, em caso de morte ou invalidez a guilda auxiliava o artesão e sua família.

Kautilya foi, talvez, um dos poucos intelectuais da antiguidade a não condenar o empréstimo de dinheiro e a reconhecer que o crédito poderia trazer benefícios e ganhos para o crescimento econômico e para o bem-estar da população, sem, contudo, passar pela classificação e regulação do Estado diferenciando taxas para setores e atividades¹⁹⁹.

Havia uma proibição na lei civil em Arthashastra que proibia a cobrança de juros compostos em caso de dívidas, o pagamento da dívida em si e dos juros eram objetos distintos. Assim como o valor legal dos juros era tabelado de acordo com risco do empréstimo²⁰⁰.

¹⁹⁸ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 257.

¹⁹⁹ MISRA, Maria. *The Indian Machiavelli: Pragmatism versus morality, and the reception of the Arthashastra in India, 1905–2014*, *Modern Asian Studies* 50, 1, pp. 310–344, 2016, p. 337.

²⁰⁰ KAUTILYA. *The Arthashastra*. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992, p. 425, 426;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das intenções desse trabalho foi tentar descolonizar o olhar intelectual com que a periferia do mundo, especialmente e especificamente os brasileiros, vêm a produção de conhecimento que historicamente chega e comanda os cânones acadêmicos.

Obviamente, Maquiavel não deixará de ser uma figura essencial para ser revisitada por diversas áreas do conhecimento humano e social. Contudo, buscou-se aqui, tirar um certo ar de unicidade, grandiosidade e excepcionalidade desse pensador. Não, certamente ele não é o “pai” da ciência política ou do realismo político, tanto quanto muitos pensadores europeus não são “gênios, inovadores e visionários”.

O que parece estar claro nesse trabalho é que a complexidade, sistematicidade e profundidade de concepção política e de Estado de Kautilya superam, e muito, as expostas nas obras de Maquiavel.

Todavia isso não exime a análise de vários pontos de contato e convergência entre suas visões de mundo. Como por exemplo, o papel da agência, sobretudo o encarnado pelo rei/soberano nas decisões, planejamento, administração e ímpeto moral, nas matérias de Estado e, claro, essenciais para a consecução dos objetivos do ente político.

Um e outro apostavam severamente no poder da agência, cada um à sua maneira é verdade, mais o retrato do bom rei era quase um espelhamento de um semideus: virtuoso,

inteligente, ímpio, corajoso etc. O papel do soberano era vital para que qualquer objetivo ou estratégia de estado fossem cumpridas, dele dependiam toda sua população.

De mesmo modo, ambos são taxados pela fama de imorais, perversos e cruéis ao direcionar os métodos que poderiam e muitas vezes deveriam ser postos em prática para que o “bem maior/bem comum” ou o *dharma* e o *artha* de uma sociedade fosse alcançado.

Os dois tiveram a vantagem de ser teóricos e formuladores de políticas de Estado ao mesmo tempo em que eram operadores e viviam o dia a dia do alto poder. Sem que com isso, perdessem um elevado grau de idealização e desejo em suas formulações.

Outro ponto em comum entre eles era de que o setor rural ou o campo era de onde vinha o poder da sociedade, pois era de lá que vinha os recursos para produção de riquezas, além de garantir a produção econômica e de impostos e assegurar a segurança alimentar. Era nessas regiões onde se assentavam os maiores contingentes populacionais.

Maquiavel, semelhante à Kautilya advoga que o rei com pouco poder para resistir a investidas de reinos mais poderosos deve jogar com as armas que tem no momento com a finalidade da sobrevivência e que a política é instável. Os dois explicitavam formas políticas de resistência para entes políticos mais fracos, ensejando o saber jogar e se posicionar na dependência. Em síntese, fazer com que, de alguma forma, o Estado mais poderoso dependa do mais fraco.

Assim como Maquiavel, Kautilya dava uma importância substancial ao jogo de espionagem, inteligência e contra inteligência, mas de fato, o indiano foi muito mais metuculoso e muitas vezes imaginativo em suas prospecções e ambições.

Ao mesmo passo, ambos, por contraditório que pareça idealizaram a construção do Estado, cada uma sua maneira. Kautilya acreditava que a coesão social viria com o respeito ao *dharma* e que se boas políticas fossem implementadas o bem-estar da população seria geral, gerando paz, ordem e prosperidade material. Maquiavel, por sua vez, ansiava por inflamar as massas através de uma linha histórica e ancestral que regatasse a glória e a liberdade dos antigos romanos e que só a união do povo italiano contra os inimigos externos poderia retirar as fragmentadas cidades da península de estado de caos e guerra constante. O que suas visões têm em comum? Maquiavel o processo de construção Estatal, o idealizando, quando, na verdade, sua fundação se dá pela força, de cima para baixo e através de muita violência e coerção, pouco importando os ideias morais ou os valores de liberdade.

Já no campo das diferenciações entre os pensadores, Kautilya fundamenta muito de sua teoria de Estado e da própria sociedade em ideais religiosos/espirituais, *dharma* (moral), *artha* (riqueza), *kama* (prazeres mundanos) e *moksha* (salvação), enquanto Maquiavel tem a visão da religião como mais um instrumento de poder a ser usado pelo príncipe no jogo de poder, não há um norte moral, existencial e comportamental a ser seguido e buscado como em Kautilya.

No campo das teorias das relações internacionais, Kautilya acreditava tanto no jogo de soma zero, quanto no jogo de “ganha-ganha”, sendo a conjuntura histórica e geopolítica que ditaria qual das políticas externas deveria ser adotada. Maquiavel, defendia somente a perspectiva do jogo de soma zero, pois, segundo o ele, o poder era um bem limitado no mundo, e que para alguém ganhar outro teria que, necessariamente perder.

Outra interpretação diferente, era a ideia do rei. Enquanto para Kautilya o soberano deveria vir de uma antiga linhagem real que possibilitasse cabalar forças entre as elites, Maquiavel defendia o rei novo, o rei que por mérito e conquista militar sua fundava um Estado e/ou reino, não necessitando de linhagem familiar e de aprovação religiosa.

Maquiavel, mesmo defendendo em o *Príncipe*, as virtudes, qualidades e benefícios de um rei para o seu sistema político teórico e ao mesmo tempo panfletário para os seus objetivos pessoais, ele não se furta de admitir que as pessoas, via de regra, são mais prudentes, estáveis e com melhor censo de discernimento que o rei. Contrário censo, Kautilya construiu uma figura real com traços de santidade, com pouca margem de interação e troca com a população, no máximo com seus conselheiros e a elite mais próxima.

Quanto ao papel da relação entre a religião e o Estado, os dois acreditavam que a religião deveria servir o Estado; mas Maquiavel condenava o papel deletério da religião, mais especificamente o Estado Papal, ao se intrometer e tentar ditar os rumos dos governos, já Kautilya estrutura toda sua ideia de coesão social, paz e prosperidade advindos de princípios morais de base religiosa, sem que, para isso, tenha de imiscuir o poder temporal no poder secular, ao menos em nível institucional e da soberania do rei.

Em Kautilya o Estado é agente promotor da moral. Enquanto que, para Maquiavel, o Estado não poderia ter qualquer amarra moral, pois padrões e normas em tal sentido só serviriam para limitar as possibilidades de atuação política do soberano. Dessa forma, por último haveria uma clara separação entre política e moral praticada pelo Estado, já para o indiano, política e moral estavam unidas e eram maleáveis e fluidas, pois, segundo ele, para se

ter poder e riqueza necessitava-se de ordem e paz, sendo os cânones morais os pilares dessa teoria.

Enquanto Kautilya parece ter entendido com maior sofisticação a não dicotomia entre materialismo e idealismo (muito provavelmente, ajudado pela própria tradição indiana), e que um acaba alimentando e dependendo do outro. Maquiavel, todavia, é mais preciso ao entender que o consequencialismo moral não traz, necessariamente, meios e fins alinhados, sendo, assim, ser possível, ações bem-intencionadas gerar resultados catastróficos e maléficos para um grande contingente populacional e político.

Como Maquiavel, Kautilya não aconselhava a contratação de mercenários para a composição das forças armadas, mas em casos de extrema necessidade ele sugeria enviar os mercenários para lugares distantes, para que, em caso de vitória, não tivesse risco de revolta, em que eles se voltassem contra o contratante.

O “depois” da guerra, era visto de maneira distinta por ambos os filósofos. Kautilya tinha um ímpeto de conquista moral em busca de justiça social e de colocar o mundo ou, o seu mundo, no lugar certo. Para Maquiavel, não haveria um estágio em que após a conquista física e moral do inimigo, o mundo entraria em linearidade e harmonia, isso tem sua fonte em princípios Hindus laureados por Kautilya. Maquiavel ensinava o bem comum, e, ao que parece, não acreditava em um “céu na terra” após um embate bélico.

Kautilya acreditava que o equilíbrio do sistema internacional estaria na conquista e não na teoria de equilíbrio de poder posteriormente proposta por Maquiavel, em que, a nenhum ente político era permitido ou aceitável o ganho de poder ou força de forma desproporcional aos seus pares. Já para o indiano, o equilíbrio sistêmico entre Estados viria com *dharma* universal advindo da centralidade de um Estado centralizador embutido de deveres e direitos de um conquistador.

Já no tocante ao papel do Estado internamente, suas perspectivas de poder político são daqueles que governam e não daqueles que são governados, para os dois intelectuais. Em poucas palavras, o objetivo era botar a máquina de governo para funcionar ao passo que gerasse integração e solidariedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. Tradução de João Roberto Martins Filho. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ARSHADNEJAD, Shahram. A critical comparison and contrast of Machiavelli's The Prince, Kautilya's Arthashastra and Han Fei Tzu's basic writings on the advice regarding "good government". 2018. 10f. Senior Thesis - School of Social Science, Policy, and Evaluation, Department of Politics and Government, Claremont Graduate University, Claremont.

AVARI, Burjor. INDIA: THE ANCIENT PAST, A History of the Indian-Subcontinent from 7000 BC to AD 1200. 1ª.ed. New York: Routledge, 2007.

BASHAM, AL., The Wonder that was India: A Survey of the Indian Sub-continent before the Coming of the Muslims, New York: Grove Press, 1954.

BERLIN, Isaiah. A Originalidade de Maquiavel. IN: Estudos Sobre a Humanidade, uma antologia de ensaios. Trad., Rosaria Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BISHT, Medha. Kautilya's Arthashastra: Philosophy of Strategy. 1 ed. New York: Routledge, 2020.

BOESCHE, Roger. Moderate Machiavelli? Contrasting The Prince with the Arthashastra of Kautilya. *A Journal of Philosophy and Social Theory*. Volume 3, issue 2, p. 253-276, 2015.

BJÖRKMAN, James Warrler. Kautilya, Sisyphus and Development Studies: On Policy, Administration and Well-being. Institute of Social Studies (ISS), Hague, p. 1-14, 1991.

BODIN, Jean. Los seis libros de la república. Tradução de Pedro Bravo Gala. Madrid: Editorial Tecnos, 1997.

BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II. 2 vols. São. Paulo: Martins Fontes, 1984. [1949].

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1978. [1977].

BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV - XVIII. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1995. [1979].

BRAUDEL, Fernand. A dinâmica do capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. [1985].

BURCKHARDT, Jacob. A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio. Tradução de Vera Lúcia de Oliveira Sarmiento e Fernando de Azevedo Correa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

CARR, Edwar Hallett. The Twenty Year Crises: An Introduction to the Study of International Relation. London: Macmillan Press, 1981.

CHANDRASEKARAN, Pravin. KAUTILYA: POLITICS, ETHICS AND STATECRAFT. Munich Personal RePEc Archive, 2006.

CREVELD, Martin Van. The Rise and Decline of the State. Cambrigde, Cambridge University Press, 1999.

DAS, Gurcharan. India Grows at Night: The Liberal Case for a Strong State, New Delhi: Penguin Books, 2013.

DREKMEIER, Charles. Kingship and Community in Early India. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1962

ELIAS, Norbet. O Processo Civilizador Volume II: Formação do Estado e Civilização. Tradução de Ruy Junomann. Rio de Janeiro. Zahar, 1993.

- FIORI, José Luís. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, José Luís (org.). O Poder Americano. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- FRANK, A.G.; GILLS, B.K. The World System: Five Hundred Years or Five Thousand? London: Routledge, 1993.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria: forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril, 1979 [1651] [Coleção os Pensadores].
- KAUTILYA. The Arthashastra. Tradução de L.N Rangajaram. New Delhi: Penguin Books India, 1992.
- KANGLE, R.P. The Kautilya Arthashastra, Vol. II, Delhi: Motilal Banarsidass Publishers, 1992.
- MAQUIAVEL, Nicolau. A arte da guerra. *Escritos políticos e A arte da guerra*. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Escritos políticos*. Tradução de Lívio Xavier. EDIPRO, 1995.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MCCLISH, Mark. History of the Arthashastra: Sovereignty and Sacred Law in Ancient India. 1.ed. Illinois: Cambridge University Press, 2019.
- MEINECKE, Friedrich. *Machiavellism: the doctrine of Raison d'Etat and its place in modern history*. Tradução de Douglas Scott. New York: Yale University Press, 1962.
- MISRA, Maria. The Indian Machiavelli: Pragmatism versus morality, and the reception of the Arthashastra in India, 1905–2014, *Modern Asian Studies* 50, 1, pp. 310–344, 2016.
- MOFATTEH, Mohammad Hadi. Ethics in Politics; a Comparison between Machiavelli, Qur'an and Ali. *African Journal of Environmental Assessment and Management*, Ghana, Volume 21, Issue, 7 Year,p. 1-14, 2016.
- PERLA, H., Jr. Sandinista Nicaragua's Resistance to US Coercion: Revolutionary Deterrence in Asymmetric Conflict. Cambridge: Cambridge University Press, 2017
- RAO, M. V. Krishna. Studies in Kautily. 1ª ed. Munshiram Manoharial 1979.

SHAHI, Deepshikha. KAUTILYA AND NON-WESTERN IR THEORY. 1^a e.d. Cham: Macmillan, 2019.

SHEIKH, Aabid Majeed; RASHID, Saima. Kautilya, the Indian Machiavelli; On War and diplomacy in Ancient India. Journal of Humanities and Education Development (JHED). Vol-2, Issue-1, p. 29-36, Jan – Feb, 2020.

SIGHA, Sushil. Kautilya's views on Ethics, Politics and Seven state-craft. RESEARCH HUB – International Multidisciplinary Research Journal (RHIMRJ), Volume-7, Issue-04, April 2020

SIHAG Balbir S., Kautilya and Machiavelli on Justice, Prosperity and National Security. Theoretical Economics Letters, 7, p. 381-397, 2017.

SIHAG, Balbir S. Kautilya on Public Goods and Taxation, History of Political Economy, Duke University Press, v.37, issue 4, p. 724-753, 2005.

SIHAG , Balbir S. Kautilya's Arthashastra: A Recognizable Source of the Wealth of Nations. Theoretical Economics Letters, 6, p. 59-67, 2016.

SOUZA, Teotónio R. de. Machiavelli, a Modern European Avatar of Kautilya. Machiavelli, a Modern European Avatar of Kautilya, n. 13, p. 163-177, 2013.

TILLY, Charles. Coercion, capital, and European States, AD 990-1990 (Studies in Social Discontinuity. Cambridge, Basil Blackwell, 1990.

TISDELL, Clem. A Western Perspective on Kautilya's 'Arthashastra': Does it Provide a Basis for Economic Science. Economic Theory, Applications and Issues. Brisbane, working paper no.18, p. 1-13, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. World-System Analysis: an introduction. Durham-London: Duke University Press, 2004.

WEBER, Max. *Ciência e política*: duas vocações. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2004.

